

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

PRAÇA XV DE NOVEMBRO:
OS SIGNIFICADOS DA MEMÓRIA

IVANILDA APARECIDA ANDRADE JUNQUEIRA

IVANILDA APARECIDA ANDRADE JUNQUEIRA

**PRAÇA XV DE NOVEMBRO:
OS SIGNIFICADOS DA MEMÓRIA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Professor Hermetes Reis Araújo.

Uberlândia, Fevereiro de 2003

IVANILDA APARECIDA ANDRADE JUNQUEIRA

**PRAÇA XV DE NOVEMBRO:
OS SIGNIFICADOS DA MEMÓRIA**

BANCA EXAMINADORA

Professor Hermetes Reis Araújo – Orientador

Professora Christina Roquette Lobreato

Professora Heloísa Helena Pacheco Cardoso

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para a realização desse estudo, principalmente aqueles que o fizeram por meio de seus depoimentos.

Ao meu orientador, Professor Hermetes, por me fazer acreditar que era capaz.

Para Cicero, Tales e Berta, um abraço especial.

Sumário:

Introdução-As lembranças contam história	10
Capítulo 1..Transformações físicas: a ação demolidora do homem.....	23
Capítulo 2..A Praça como palco dos eventos sociais e políticos.....	43
2.1..Os eventos sociais.....	47
2.2..As festas religiosas.....	53
2.3..Os acontecimentos políticos.....	56
Capítulo 3..A praça e o seu espaço reapropriado pelo trabalho informal.....	60
Conclusão.....	66
Fontes.....	69
Bibliografia.....	71

RESUMO

O atual estudo refere-se à análise da história da Praça XV de Novembro, situada na cidade de Prata, Minas Gerais, no período de 1900 a 2002, das transformações ocorridas em seu espaço físico e o que significaram para seus freqüentadores no passado e como os influencia no presente, principalmente nos aspectos do trabalho e lazer. As pesquisas se voltaram, principalmente, para a compreensão das transformações sociais decorrentes do desenvolvimento das cidades e que foram responsáveis pelas mudanças nas relações de trabalho e do cotidiano dos freqüentadores da praça. Além disso, procura resgatar os significados da memória e da história.

Propus-me a investigar os sentimentos dos freqüentadores da referida praça quanto à conservação de determinados monumentos históricos, algumas tradições e hábitos que tenham se perdido com o desenvolvimento da cidade e, conseqüentemente, da praça, observando ainda se, de alguma maneira, esse desenvolvimento interferiu na não-preservação da sua história.

Em relação ao trabalho, procurei compreender as transformações ocorridas e causadas pela ação de sujeitos que se reapropriaram do espaço da praça com suas barracas comerciais, característica predominante do trabalho autônomo. Entre esses sujeitos encontram-se ex-engraxates que, quando crianças, sentavam-se nos bancos à espera de clientes, sendo que alguns deles permaneceram neste espaço como donos de carrinhos de lanche. Corretores de móveis e imóveis que realizavam suas transações sob a sombra das árvores, além de novos ocupantes do ramo das lanchonetes e motoristas de taxi. . Outra perspectiva analisada foi a causa responsável por levar esses trabalhadores a se apropriarem do espaço da praça para desenvolverem ali suas atividades laboriosas e qual sua relação com a atual crise econômica por que passa o país.

Quanto à metodologia adotada, optei por trabalhar com fotos antigas, jornais antigos, alguns documentos oficiais do poder público e principalmente com as fontes orais. Contudo, considerando que tais relatos não se organizam de forma linear e contínua, buscou-se por meio das recordações, reconstruir a passagem de um tempo a outro, sem no entanto, menosprezar os possíveis problemas inerentes a essa fonte documental.



LEMBRANÇAS QUE CONTAM HISTÓRIAS

“Não importam quais sejam dos direitos de propriedade, a destruição de um prédio histórico e monumental não deve ser permitida a esses ignóbeis especuladores, cujo interesse os cega para a honra. (...) Há duas coisas num edifício: seu uso e sua beleza. Seu uso pertence ao proprietário, sua beleza a todo mundo; destruí-lo é, portanto, extrapolar o que é direito.”

(Victor Hugo, 1832)

Este estudo é resultado do meu inconformismo perante o desaparecimento dos últimos vestígios que poderiam contar a história de minha cidade natal - Prata, Minas Gerais – devido à destruição decorrente da expansão urbana e uma crescente desvalorização de elementos relacionados ao passado e à memória.

A problematização se desenvolveu por meio do estudo da história da Praça XV de Novembro, localizada na região central da cidade, no período de 1900 a 2002. Procurei analisar as transformações ocorridas em seu espaço físico, o que significaram para seus frequentadores no passado e como os influencia no presente, principalmente nos aspectos do trabalho, sociabilidade e lazer. As pesquisas se voltaram, principalmente, para a compreensão das transformações sociais decorrentes do desenvolvimento das cidades e que foram responsáveis pelas mudanças nas relações de trabalho e do cotidiano dos frequentadores da praça. Além disso, procura resgatar os significados da memória e da história.

O espaço da praça como temática para pesquisa tem despertado o interesse de pesquisadores devido às várias vertentes de análise que apresenta, pois, como espaço de

socialização, convívio, lazer e trabalho foi e continua sendo palco de acontecimentos comuns ao cotidiano de seus frequentadores representando a realidade vivida pelos mesmos em sua generalidade.

Nelson Saldanha¹ define a praça

“como um espaço amplo, que se abre, na estrutura interna das cidades, como uma confluência de ruas, ou de qualquer sorte uma interrupção nos blocos edificados. Um espaço onde em geral se encontram árvores, bancos, eventualmente monumentos, em alguns casos pequenos lagos artificiais. (...) a praça integra organicamente o conjunto formado pela cidade, mas ao mesmo tempo “está” nele como um espaço – quase uma clareira – surgido pelo distanciamento entre determinadas porções construídas. A praça “nega” a continuidade das edificações, mas ao mesmo tempo ela é, em certo sentido, a essência da cidade.”

Para esse autor, a praça é vista como o espaço público, como obra do viver social permeado pelas relações que se desdobram nesse viver, sendo as mesmas de ordem econômica, política ou de criação cultural. É válido salientar ainda, a afirmação de Newton Dângelo² de que *“as praças também funcionavam como pontos de encontros e trocas de impressões sobre as melhorias da cidade, numa rotina de passeios circulares e de audições da Banda União Operária, principalmente a partir da inauguração do coreto da Praça da Independência, hoje Praça Clarimundo Carneiro.”* De acordo com esse autor, o espaço da praça em Uberlândia era utilizado como espaço reservado ao lazer, e isto pode ser constatado se observarmos a história de outras praças. Como exemplo disso podemos citar a Praça XV de Novembro, meu objeto de estudo para a realização dessa pesquisa. Sua escolha como tema foi influenciada pelo fato de a mesma, haver marcado de maneira significativa o período que se estende desde a minha infância até os dias atuais.

Lembro-me que, criança ainda, sentia um prazer enorme ao correr entre as alamandas que se espalhavam pelos canteiros, nas brincadeiras de esconde-esconde ou pique-socorro e, quando nos cansávamos, a sensação inusitada de relaxamento era proporcionada pelo descanso à sombra do caramanchão.

¹ SALDANHA, Nelson. **O Jardim e a Praça: O Privado e o Público na Vida Social e Histórica**. São Paulo: EDUSP, 1993, P. 13.

² DÂNGELO, Newton. Tese de Doutorado. **Vozes da cidade: Progresso, Consumo e Lazer ao Som do Rádio – Uberlândia – 1939/1970**. São Paulo: PUC, 2000, p. 62.

Com a proximidade das festas religiosas, uma grande expectativa tomava conta da minha mente, pois, esperava pelos momentos que viriam após as procissões e a queima de fogos, em que podia me sentar com os amigos mais queridos e conversar sem que a preocupação inerente aos adultos nos tolhessem.

Já um pouco mais velha, freqüentar os bailes e brincadeiras dançantes realizadas no Prata Clube, situado em uma das esquinas da Praça, era algo muito almejado por mim e pela maioria das meninas e meninos daquela época. O sentimento de tristeza que se apossa de mim quando passo por aquele local e vejo o prédio citado totalmente abandonado é inevitável, pois a importância desse espaço na minha vida e na vida de outras pessoas foi grande. Alguns amigos meus, casados atualmente, conheceram-se ao som vibrante dos conjuntos que animavam as reuniões que ali aconteciam.

Outra sensação gostosa de sentir era, nas comemorações do feriado de Corpus Christi, passar a noite inteira acordada, cuidando da ornamentação da rua com serragem colorida para que a procissão pudesse passar.

Passear pelas suas calçadas empurrando o carrinho com meus filhos ainda bebês ou vê-los brincar naquele mesmo local, apesar de modificado, no qual brinquei anos atrás, sempre me proporcionava uma imensa sensação de paz e também de orgulho por participar, mesmo que minimamente, da construção de sua história.

Vivenciando algumas das mudanças ocorridas no local da Praça, percebendo que os hábitos dos seus freqüentadores mudaram ao ponto de deixá-la praticamente deserta e abandonada, senti-me impelida a buscar na memória destes, o que essas mudanças significaram na sua trajetória de vida.

Ao visitar uma mostra de fotografias antigas da cidade, realizada na Praça XV de Novembro, meu interesse aumentou e então procurei desenvolver a pesquisa analisando as modificações ocorridas em seu espaço físico e de que modo influenciaram na mudança de hábitos e no cotidiano dos freqüentadores.

A construção da primeira igreja coberta com palha de buriti, foi o marco inicial para o surgimento do arraial que alcançou sua emancipação política em 2 de dezembro de 1855 com o nome de Vila do Prata.

Em 3 de abril de 1839, por falta de um prédio adequado que abrigasse a Igreja, Prata é rebaixada a Curato da Paróquia de São José do Tejuco, porém, esse fato foi revertido pela intervenção do Alferes Antônio Joaquim de Andrade e sua esposa, naturais de Lavras, que por não concordarem. *“com o rebaixamento, rapidamente, com a ajuda de amigos, terminaram a construção, já em fase de acabamento, da majestosa Igreja de Duas Torres”*.³

A elevação da vila em cidade só ocorre em 15 de novembro de 1873, após o cumprimento de determinadas exigências como a construção de prédios para a instalação da Câmara, Conselho de Sentença e Cadeia Pública.

A Igreja de Duas Torres foi inaugurada em fins de 1839 e demolida em 1912, dando lugar à construção da terceira Igreja, cuja inauguração ocorreu em 1917. No entanto, em 1970, esta também é demolida e, em seu lugar, surge o templo atual que teve o lançamento de sua pedra fundamental em 1972.

No entorno dessas Igrejas desenvolveu-se a praça em questão. Observar o seu desenvolvimento levou-me algumas vezes, a questionar as reais intenções dos diferentes sujeitos que interviram no seu espaço, e ainda, se algumas delas não se relacionavam apenas com os interesses dos corpos administrativos, cuja diversidade na escolha das prioridades é decorrente das trocas dos seus representantes a cada novo mandato.

Então, é significativo salientar o pensamento do professor Reinaldo José Varussa que, ao refletir e apontar possibilidades de abordagem por meio de espaços produzidos pela sociedade, desenvolve um exercício de interpretação orientado em sala de aula tendo como objeto de estudo uma determinada praça. Esse autor sugere que uma possível delimitação da discussão pode ocorrer por meio da observação quanto

“à apropriação e intervenções que os sujeitos fizeram do/no lugar em diferentes épocas e que orientaram a disposição dos diferentes elementos que compuseram a paisagem. Este, inclusive, poderia ser um dos temas que delimitaria a discussão, levando os estudantes a problematizarem as mudanças por que passou a praça no sentido de investigar os modos como os diferentes sujeitos utilizavam o

³ D'ÁVILA, Sebastião A. Resumo Histórico do Prata. **Povoadores do Sertão do Rio da Prata**, Uberaba: Ed. Vitória, 1996, p.92.

*espaço, questionando-os a cerca das diversas e, por vezes, divergentes propostas de ocupação que permeiam a constituição dos lugares”.*⁴

Considerando este ponto de vista, posso dizer que, em relação à problematização do meu estudo, procurei seguir esse mesmo direcionamento. Contudo, quando fui em busca do material para realização da pesquisa, deparei-me com um contexto um tanto quanto preocupante, pois constatei que muito pouco havia sido preservado.

Desde a inauguração da primeira Igreja, construída em 1839 no local onde hoje se localiza a Praça XV de Novembro, é possível constatar que não foi conservado nenhum traço arquitetônico de épocas passadas que possam contar, um pouco que seja, da sua história ou da história de nossos antepassados. O único fator positivo para que eu pudesse desenvolver minha pesquisa foi a descoberta de um acervo fotográfico que, somente agora, na atual administração, está sendo levantado, catalogado e arquivado no Departamento de Educação e Cultura.

Devido a este fato, quando penso a questão da preservação ou não-preservação do nosso extenso patrimônio histórico Cultural, me sinto instigada a discutir o discurso que costuma justificar a constituição do que é considerado patrimônio histórico e artístico nacional e o desenvolvimento de políticas de preservação, as quais, segundo afirma a autora Maria Cecília Londres Fonseca, *“se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos.”*⁵

Reporto-me também à obra de Carlos A. Lemos⁶, *“O que é Patrimônio Histórico”*, quando esse autor afirma que *“recriar o passado só é válido para fins didáticos, pois, nessas reconstituições existe sempre uma artificialidade fria e estática onde está sempre ausente a marca da presença humana.”* Segundo Lemos, o valor da preservação do patrimônio é maior se houver a possibilidade de manter a originalidade propiciada pela organização segundo as necessidades dos indivíduos que desfrutam de tais ambientes. Contudo, o panorama que se nos descortina é desanimador, pois o que se percebe, na

⁴ VARUSSA, José Rinaldo, “Pensando a paisagem como uma possibilidade para o ensino de história”, **Cadernos de História** nº 8. Uberlândia: UFU. V. 1 – Mar 99/Mar2000, p.109.

⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997.

⁶ LEMOS, Carlos A. . **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense; 1992, p. 17.

maioria das vezes, é o culto ao objeto isolado, responsável pela transferência de artefatos de seu meio original para contextos dos quais não exista nenhuma afinidade.

Nesse sentido é importante considerar que, geralmente, as políticas de preservação são conduzidas por pessoas, cuja preocupação maior se refere apenas às produções de elite e, algumas vezes, não levam em conta a pluralidade dos contextos culturais, a diversidade e as profundas desigualdades econômico-sociais do país.

Esse panorama começou a se modificar quando a noção de patrimônio, tal como é concebida hoje, começou a se delinear no cenário brasileiro somente em 1936, por meio do projeto de autoria do escritor paulista Mário de Andrade. Até então, os interesses preservacionistas se restringiam a um ou outro colecionador ou intelectual que, de vez em quando, reivindicava a preservação de algum monumento arquitetônico, mas não havia nenhuma preocupação com a preservação do patrimônio popular. Os governantes mantiveram-se apáticos, por bastante tempo, em relação à questão do patrimônio histórico cultural. Por meio do projeto escrito por Mário de Andrade, foi possível agrupar as obras de arte que comporiam os bens a serem preservados como patrimônio, e, desse modo, a abrangência desse conceito estendeu-se para além dos monumentos arquitetônicos, incorporando tudo aquilo que significasse arte.

Para a historiadora Déa Ribeiro Fenelon, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937, foi de grande importância e teve a participação dos intelectuais mineiros e paulistas, que tinham como objetivo a “descoberta do Brasil”, valorizando temas, objetos, sons cores, construções brasileiras, principalmente no interior do país:

*“Em suas falas e em suas memórias, os intelectuais do SPHAN sempre se consideraram não apenas como portadores de uma grande autonomia em relação ao Estado, mas também como vanguardas de cunho liberal que propugnavam a identificação, a defesa, a restauração e a conservação dos grandes monumentos e obras de arte que dariam consistência à chamada cultura Brasileira”.*⁷

Refletindo sobre os pressupostos teóricos acima, sinto-me esperançosa de que meu trabalho possa chamar a atenção das pessoas ligadas à história da Praça XV de Novembro, para os significados da preservação de sua história, resguardando a

historicidade de uma memória social coletiva pautada no reconhecimento do direito ao passado.

Entre as fontes documentais a serem pesquisadas a opção foi feita pela história oral, a iconografia, alguns documentos do poder público como atas, códigos de posturas, jornais e revistas antigos, além da obra de memorialistas.

Utilizar as fontes orais foi uma tentativa de buscar sustentação para a construção do passado do meu objeto de estudo, porém foi preciso levar em consideração que a elaboração de questões fosse voltada para a ampliação e direcionamento das pesquisas. Nesse sentido, pensei ser importante definir algumas normas para se trabalhar com as mesmas procurando decidir de que maneira elas poderiam contribuir para a construção histórica do tema proposto.

Segundo Regina Beatriz Guimarães Neto, *“algumas questões dirigem estas reflexões, ao enfrentar os problemas suscitados a partir da utilização dos relatos orais”*,⁸ destacando-se, primeiramente, a necessidade de dispensar-lhes o mesmo rigor crítico utilizado na análise de outras fontes documentais. Além disso, é importante fazer o confronto e as ligações necessárias com outras indicações, transcrevendo-as para o texto com clareza levando em conta a diversidade inerente à memória coletiva. Um outro passo importante é *“destacar ainda as questões técnicas das entrevistas e o processo construtivo da fonte oral relacionado aos interesses do “autor” e do próprio depoente, que supera a questão meramente técnica”*. Considerando que o relato oral não se organiza de forma linear e contínua, busca-se por meio das recordações, reconstruir a passagem de um tempo a outro possibilitando, desse modo, a compreensão do passado, pois, por meio dos registros passados é possível reconstruir as realidades que os produziram.

Apoiei-me também no pensamento de Paul Thompson⁹ que, ao tratar da história oral salienta alguns cuidados necessários para o bom desempenho do trabalho do entrevistador, entre eles podemos citar como qualidades importantes, o interesse e o

⁷ FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. **O Direito à Memória: políticas culturais e patrimônio histórico**. São Paulo: Departamento DPH, 1992, p.29.

⁸ NETO, Regina Beatriz Guimarães. Artes da memória, fontes orais e relatos históricos. **Rev. História e Perspectiva**, Uberlândia, (23): 99 – 114, Jul/Dez.2000, p.

⁹ THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.254.

respeito que o entrevistador deverá ter para com os outros como pessoas. Além disso, é preciso que aja com flexibilidade em relação ao entrevistado. É necessário também tentar compreendê-lo demonstrando simpatia pelo que ele tem a dizer. O entrevistador vem para aprender, portanto, é preciso que tenha disposição para ficar calado e ouvir com interesse, apenas orientando a entrevista e não, dirigindo-a.

Paul Thompson salienta a importância de conhecer alguns dados relevantes sobre a vida dos entrevistados e também de se elaborar um roteiro procurando manter, além da flexibilidade, criatividade, pois existe uma diferença entre pessoas “falantes” e “não-falantes”. Estas precisam de incentivo para falar enquanto que aquelas, não.

Thompson ressalta ainda, que a utilização de recursos auxiliares para ativar a memória, como a fotografia, podem estimular o aparecimento de outros tipos de documentos. Nesse aspecto, ele se assemelha a Raphael Samuel cuja visão de região é construída como o campo da história local, e que as fontes locais são “infinitamente variadas”, pode-se afirmar que elas darão ao historiador uma visão mais imediata do passado. O autor enfatiza a força popular, e, em se tratando da fotografia da praça, ela poderá servir de estímulo para que as pessoas entrevistadas se questionem quanto ao local onde moram e sobre como viveram seus antepassados.

“Eles tem aguçado senso de herança, valorizando a iconografia – velhos contratos de aprendizagem ou cartões do dia dos namorados, medalhas de bronze por frequência, livros de prêmio da escola dominical, cartões postais de férias – e, uma vez que sua curiosidade tenha sido estimulada, elas poderão ficar ansiosas por ajudar, remexendo nos velhos papéis, para ver o que podem cavar, submetendo-se a questionamentos detalhados, e oferecendo voluntariamente informações. Frequentemente o historiador local estará utilizando a reflexão acumulada sobre sua experiência de vidas e não é acidental que tantas histórias de vilas e paróquias tenham sido escritas por homens e mulheres ativamente engajados em eventos locais...”¹⁰

Utilizando as fotografias antigas sugeri que fosse feita uma comparação entre a fotografia da Praça Afonso Pena e a da atual Praça XV de Novembro. Apontar as diferenças no cenário, levou as pessoas entrevistadas a questionamentos, tais como: o resultado das várias reformas desenvolvidas neste espaço foram satisfatórias? A

¹⁰ SAMUEL, Raphael. Documentação, história local e história oral. **Revista Brasileira de História**, 19, 1990, p. 221.

preservação do Chafariz e do coreto, em cuja escada algumas crianças posam para a foto faz algum sentido para essas pessoas? Qual? Não teria sido possível integrar esses elementos no processo de desenvolvimento da praça, preservando, desse modo, um pouco da memória e das tradições da cidade. Tornou-se perceptível, então, que a praça se alterou e, o que restou de épocas passadas foram apenas algumas poucas fotografias, que também desaparecerão, se o descaso das pessoas quanto à sua preservação também não se alterar.

Essa abordagem que fiz por meio do acervo fotográfico também diz respeito ao viver social, às transformações e mudanças que alteraram o padrão arquitetônico ditado em outras épocas devido à ênfase dada à modernização, cujo resultado foi relegar a planos secundários, a conservação dos valores artísticos e os elementos representativos de gerações passadas. Ora, com as transformações advindas com a modernidade, o espaço público deixa de ser considerado como região privilegiada de sociabilidade e, em decorrência deste fato, ocorre o seu esvaziamento em prol do espaço privado, o qual passa a ser considerado um refúgio seguro que protege contra a crescente violência dos centros urbanos. Devido a esse empobrecimento da vida pública, a utilidade das praças começa a ser questionada e, segundo Ulpiano T. Bezerra de Menezes *“é forçoso reconhecer que os espaços públicos de nossas cidades têm sofrido radical processo de esvaziamento da sociabilidade, desde que se apresentem antes de mais nada como suportes de deslocamento.”*¹¹

Ao analisar séries de fotografias, produzidas em diferentes épocas, pudemos constatar que, realmente, as transformações arquitetônicas ocorreram no seu processo de desenvolvimento. Foi possível também descobrir a influência que exerceram nos modos de utilização do espaço da praça pelos seus frequentadores, pois a documentação fotográfica nos fornece indícios das transformações sociais ocorridas na cidade no século XX. Essa documentação foi, no entanto, contraposta com outras fontes, tanto textuais, neste caso, os jornais Cidade do Prata e Tribuna Regional cujos artigos e informes publicitários auxiliaram na compreensão das prioridades ditadas pela sociedade da época em que foram editados. Em relação às Atas Públicas e Códigos de Posturas foi possível perceber como funcionava a parte administrativa e ainda entrever possíveis interesses da classe dirigente em doar terrenos para a construção de espaços

¹¹ “MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O Patrimônio Cultural entre o público e o privado. **O direito à memória – Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p.190.

destinados ao público, as propostas de mudança do nome da praça e até mesmo, a relação entre as reformas a que a praça e o Paço Municipal foram sujeitas e o que influenciou cada um desses episódios. A contraposição foi feita ainda com as fontes coletadas pelas narrativas orais.

Outro aspecto abordado por meio da imagem fotográfica, foi a situação da praça como palco dos acontecimentos políticos mais importantes. Movimentos em que a população tenha se manifestado contra ou a favor da política vigente, com suas reivindicações e sua luta por direitos e igualdade. Nos eventos comemorativos e ou artísticos, procurei levar em consideração a diversidade cultural entre os grupos que delas participem. No caso dos eventos ocorridos na praça, a fotografia também funcionou como fonte diferenciada, pois, nas fotos de multidão é possível se ter uma visão totalizadora da imagem a ser analisada. Segundo o questionamento de Boris Kossoy em uma de suas obras, a fotografia é uma espécie de “*sinônimo da realidade*”¹² Cabe ao historiador, portanto, decifrar tal imagem, resgatando os detalhes mais implícitos e que possam servir para elucidar possíveis enigmas.

Partindo da reflexão quanto a análise das fontes fotográficas, houve a necessidade de interpretá-las levando-se em conta a subjetividade que lhes são inerentes. Para Kossoy, o objetivo do trabalho iconográfico é. “*Analisar as fontes fotográficas, bem como dar maior aprofundamento em questões relativas à sua interpretação enquanto documentos históricos portadores de múltiplas significações*”.¹³

A análise do artigo de Ane Marie Granet-Abisset¹⁴, me possibilitou uma maior compreensão sobre a função da fotografia como documento. Para essa autora, toda fotografia destina-se a ser olhada. Já em relação à memória, além de etnotexto, portanto fonte primária, a fotografia funciona também como suporte da memória. A foto sugere, a foto questiona. Ela pode mesmo suscitar problemáticas

No trabalho do fotógrafo há uma objetividade aparente, pois quando ele desenvolve sua arte o faz dentro da subjetividade inerente à escolha do melhor ângulo, o enquadramento, a luz e a sombra que escolhe. Existe ainda, o olhar daquele que irá analisar a fotografia e a interpretação que fará da mesma.

¹² KOSSOY, Boris. Fotografia e História. São Paulo: Ática, 1989.

¹³ Ibidem, p. 117.

É necessário ressaltar, segundo a autora, que a fotografia por ser um vestígio do real permite a verificação de elementos momentaneamente ocultos ou definitivamente desaparecidos, como por exemplo, o chafariz e os caramanchões.

Ane Marie trata a fotografia e a fonte oral como complementares uma da outra. Além disso, ela ressalta a necessidade de se levar em conta a pluralidade de significações e interpretações sem ter a pretensão de apreender a totalidade do sentido e da simbologia da fotografia. Contudo, a análise do ato fotográfico ou o objeto fotografado permite clarear o sentido de um discurso ou compreender atitudes e mentalidades.

A autora sugere que os historiadores devem aprender a ler e analisar a fotografia com os mesmos critérios utilizados para um documento escrito, ou seja, lembrando-se de que a imagem coloca ao mesmo tempo em questão o dispositivo e o conteúdo do discurso histórico.

O uso de fotografia para estudos históricos iniciou-se com os historiadores da arte e só depois começou a ser utilizada para enriquecer as pesquisas. É também utilizada por geógrafos, antropólogos e sociólogos.

A tarefa do historiador constitui-se em considerar todas as referências possíveis e inseri-las em um contexto, pois a análise de um conjunto de fotografias permite comparações e conclusões a partir de séries propiciando um resultado positivo à realização da pesquisa, portanto, a utilização da fotografia como fonte de pesquisa não deve ser descartada

Ao optar por esse recurso procurei orientar-me por uma análise crítica em relação a essa fonte documental, explorando sobre o passado a ser investigado. Para conseguir meu intento, apoiei-me no seguinte questionamento elaborado por Boris Kossoy:

“Qual o valor, o alcance e os limites das fotografias enquanto meios de conhecimento da cena passada? Como podemos identificá-las enquanto instrumento de pesquisa e interpretação da vida histórica? Onde se encontram as fotografias do passado? Como identificá-las no

¹⁴ GRANET-ABISSET, Anne Marie. **O historiador e a fotografia**. Revista Projeto História, São Paulo. (24), Jun.2002, pp. 9-26.

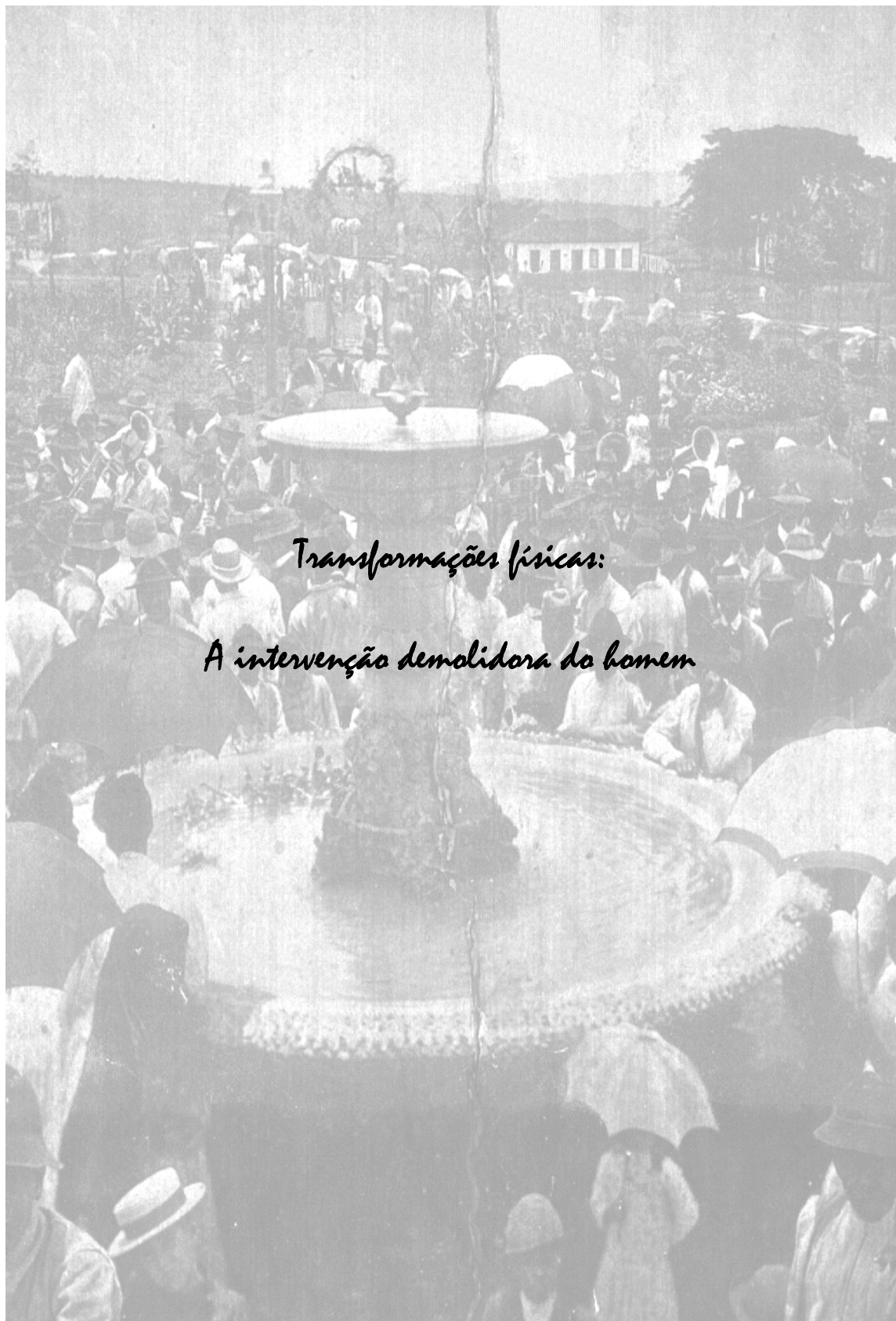
espaço e no tempo? Quem foram seus autores? Em que medida os conteúdos fotográficos são verdadeiros?”¹⁵

Levando em consideração tais questões, pude perceber a importância da fotografia como fonte documental e objeto de pesquisa, pois levei em conta sua capacidade de contribuição para o conhecimento histórico, que é propiciado pela observação e análise das cenas passadas retratadas, as quais são passíveis de interpretações variadas e significados múltiplos.

Os jornais serão auxiliares na compreensão das prioridades ditadas pela sociedade da época, pois, observando as peculiaridades expostas nos textos dos artigos e informes publicitários foi possível entrever um pouco que seja da mentalidade da sociedade em épocas passadas e o que valorizavam. Já as Atas Públicas e Códigos de Posturas contribuíram para a compreensão do aspecto administrativo e seus trâmites dentro da esfera do poder público.

Resumindo o roteiro deste estudo, no capítulo I procuro traçar uma pequena história da Praça XV de Novembro ressaltando as transformações arquitetônicas ocorridas em seu espaço físico. No capítulo II o meu objetivo é uma análise da praça como palco de eventos sociais e políticos e como esse espaço se inseriu e insere no cotidiano dos frequentadores. No capítulo III trato da reapropriação do espaço físico da praça pelo trabalhador informal. Todos os capítulos são permeados por noções de patrimônio cultural e preservação.

¹⁵ KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989, p. 09.



Transformações físicas:

A intervenção demolidora do homem

CAPÍTULO I

TRANSFORMAÇÕES FÍSICAS: A INTERVENÇÃO DEMOLIDORA DO HOMEM

“A praça “nega” a continuidade das edificações, mas ao mesmo tempo ela é, em certo sentido, a essência da cidade”.

Nelson Saldanha, 1993

Ao me propor o estudo da Praça XV de Novembro cheguei à conclusão de que, para falar dela, seria relevante tratar um pouco da origem das cidades, e, conseqüentemente, do nascimento da cidade do Prata. Considerando o pensamento de Raquel Rolnik em sua obra “O que é cidade”, foi possível compreender que esse nascimento se deu “*com o processo de sedentarização e o seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza: para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território.*”¹⁶ Concomitante ao seu desenvolvimento, ocorre a organização da vida social ligada à necessidade da produção coletiva, além da sua existência política e religiosa.

Quanto à história da cidade, Raquel Rolnik afirma que:

*“O próprio espaço urbano se encarrega de contar parte de sua história. A arquitetura, esta natureza fabricada, na perenidade de seus materiais tem esse Dom de durar, permanecer, legar ao tempo os vestígios de sua existência. Por isso, além de continente das experiências humanas, a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história.”*¹⁷

De acordo com essa autora, o ato de habitar a cidade se fixa em uma memória e não se dissipa com a morte, pois a própria arquitetura urbana também cumpre o papel dos textos produzidos por ela, tais como documentos, inventários, que são os

¹⁶ ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**, Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1998.

responsáveis por fixar essa memória. Essa arquitetura é o registro da sua vida social, e, à medida em que ocorrem as transformações nas formas de ocupação do seu espaço, onde palacetes e casarões são transformados em cortiços, um novo texto é escrito. É daí que surge a preocupação com a preservação da memória coletiva numa tentativa “*de impedir que estes textos sejam apagados, mesmo que, muitas vezes, acabem por servir apenas à contemplação, morrendo assim para a cidade que pulsa viva, ao redor.*”¹⁸

A história da cidade do Prata começou a ser escrita quando um grupo de bandeirantes liderados pelo então Capitão Antônio Eustáquio da Silva Oliveira, sai do povoado de Desemboque, pertencente ao município da atual cidade de Sacramento, alcançam a região denominada de Sertão da Farinha Podre e aí se instalam. A partir de 1810 começa uma corrida para a Zona nova, com os geralistas¹⁹ chegando constantemente, inclusive o Capitão José de Miranda Ramalho casado com uma sobrinha de Tiradentes. Essas informações foram pesquisadas na cartilha Prata de Ontem escrita pelo médico Dr. Edelweis Teixeira, cuja Revista “Prata Ilustrada” editada no ano de 1967, assim o distingue, em um tom evidentemente laudatório:

“Orador brilhantíssimo, empolgando sempre, pela palavra elegante, pela graça sedutora e cativante como os recursos da oratória, que são só seus.

*Como historiador está a atestar a sua capacidade, a síntese histórica que faz nesta revista, sobre o Prata. Neste posto ninguém o excede, pela sua brilhante tradição de inteligência. Em cada tópico de sua história de nossa terra, ele mostra com erudição, as mais altas questões sociais do momento, consoantes a seus meticolosos estudos conscientes de historiador.”*²⁰

Segundo Dr. Edelweis Teixeira, por causa do desgosto resultante do que aconteceu a Tiradentes e à sua família, a qual foi considerada infame no desfecho do episódio da Inconfidência Mineira, o casal e todos os filhos se mudaram para a região do Prata, deixando aqui seus descendentes atuais, entre eles Benedito Antônio Miranda

¹⁷ Ibidem: p.8.

¹⁸ Ibidem: p.18

¹⁹ Foi possível apreender das informações contidas na Cartilha “Prata de Ontem, que o significado do termo “geralistas” é proveniente do fato desses bandeirantes habitarem as regiões próximas à Minas Gerais.

²⁰ **Revista Prata Ilustrada.** Organização de José O. Arantes. Editada para a comemoração dos 94 anos de Prata em 1967.

Tiradentes Borges, autor do livro “Povoadores do Sertão do Rio da Prata” utilizado por mim como recurso bibliográfico para essa pesquisa.

Devido às dificuldades de acesso provocadas pela distância entre as fazendas da região e as capelas já construídas e o cemitério, o Major Eustáquio envia ao Rio de Janeiro uma petição para erigirem uma capela dedicada a N.S. do Monte do Carmo, defronte os dois morrinhos, acidente geográfico visível em vários pontos da cidade. Abaixo segue transcrito o documento datado de 13 de fevereiro de 1911 assinado pelo então príncipe regente, D. João VI, encontrado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro pelo Dr. Edelweis durante sua pesquisa:

*“D. João, por graça de Deus, etc – Faço saber aos que esta minha Provisão virem que não se podendo erigir sem faculdade minha, capelas, confrarias ou irmandade nestes Domínios Ultramarinos por serem de pleno júri e atentando representar-me o Capitão Antônio Eustáquio da Silva Oliveira, e outros moradores da Capitania de Minas Gerais terem se convocados, para se transportarem a povoar os sertões denominados Farinha Podre, Tejuco, Berava, Cocais e Rio da Prata, pertencentes à Capitania de Goiás, pedindo-lhes fizesse a Graça de conceder poderem erigir uma CAPELA COM O ORAGO DA SENHORA DO MONTE DO CARMO, pois que a grande distancia em que se acham os ditos sertões da Igreja Matriz os privava de irem a ela cumprirem como os deveres da Igreja; o que visto e foi posto ao procurador Geral das Ordens: **Hei por bem conceder licença aos suplicantes para erigirem a Capela mencionada**, e depois de ereta requererão ao Ordinário (X) competente as licenças que lhes pertencerem. Esta se cumprirá sendo lavrada pela Chancelaria da Ordem. O PRÍNCIPE REGENTE, Nosso Senhor o mandou pelos Ministros abaixo assinados do seu Conselho e Deputados do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. João Gaspar da Silva Lisboa a fez no Rio de Janeiro aos treze de fevereiro de mil oitocentos e onze. Leva mil e seiscentos reis e de assinaturas, três mil e duzentos reis. Joaquim José de Magalhães Coutinho a fez escrever. - Thomaz Antônio da Vila Nova Portugal. Bernardo José da Cunha Gomes e Vasconcelos. Por despacho do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens de seis de fevereiro de mil oitocentos e onze. – (Col. 28 – Vol. 3 – fls. 55 e 55v “Consciência e ordens”- (x) – Ordinário quer dizer – bispado.”*

Segundo as informações constantes na cartilha escrita pelo Dr. Edelweis, a cidade do Prata se desenvolveu ao redor dessa capelinha coberta com palha de buriti

construída no espaço onde hoje se encontra a Praça XV de Novembro. Essas informações são, no entanto, contestadas pelo Professor Sebastião Alexandrino de Ávila no depoimento a seguir:

“Segundo consta na história, o povoado que se desenvolveu para formar a cidade do Prata, teve início lá no Bairro do Soca. Se foi lá que começou a cidade, como é que alguns historiadores insistem em dizer que começou do lado de cá? Se lá já existia um aglomerado, com é que esse povo iria ficar sem uma igreja lá? Tinham que construir uma igreja. É essa a igreja de pau a pique e palha de buriti, na qual o pároco do Prata na época celebrava as missas. Antes ele celebrava com um altar portátil pelas fazendas.

Quando fizeram a capela, ela passou a ser a igreja do Prata e funcionou um tempo sem o título de paróquia, pois a paróquia foi fundada depois, aqui no bairro do centro.”

No entorno da Igreja de Duas Torres edificada em 1839 pelo alferes Antônio Joaquim de Andrade e sua esposa D^a. Cândida Umbelina de Andrade, aparecem os primeiros elementos que irão definir aquele espaço como uma praça. Nas festividades de sua inauguração o Pároco em exercício, Antônio Dias Gouveia deu-lhe a denominação de Largo da Matriz.

À medida em que se desenvolveu ocorreram mudanças referentes à sua denominação, sendo que algumas delas coincidiram com reformas totais em seu projeto arquitetônico inicial.

Em 27 de abril de 1854, sua denominação é modificada para Praça Municipal devido a elevação do arraial a vila pela lei n.º 668.

Em homenagem ao governador mineiro Dr. Afonso Pena cujo mandato refere-se ao período de 1891/1893, o executivo pratense lhe deu o nome de Praça Afonso Pena.

Em 1908 foi-lhe outorgado o nome de Praça Francisco Sales, na gestão do Cel Emídio Marques, numa homenagem feita ao 5º governador de Minas Gerais, o Sr. Campos Sales.

Em 1939, depois de uma reforma total em seu traçado original em que ocorre a demolição do Chafariz e do Coreto e o desmatamento do bosque de eucaliptos que ali

existia para dar lugar à construção de dois caramanchões, sua denominação é substituída por Praça Fernando Terra em homenagem ao político Fernando Garcia da Rosa Terra, natural de Uberaba e que havia sido intendente na cidade do Prata.

Segundo depoimento de Dr. Geraldo de Castro Novais, 78, pratense, juiz de direito aposentado:

“A Praça do Chafariz foi construída de maneira bem simples. Havia um coreto e aos seus pés, um chafariz²¹. A arborização era composta por eucaliptos enormes, imensos... e se tornava interessante porque era uma espécie de Horto Florestal em pleno centro da cidade. Ao que nós sabemos, o primeiro chafariz da praça foi construído por volta de 1908, quando era intendente aqui na cidade, o meu tio, Cel. Astolfo Bitencourt. Há um fato interessante ligado à inauguração desse chafariz. É que naquela tarde, tudo correu muito bem, mas, à noite, quando foram inaugurar os serviços de luz que foi feito pelo meu tio; na hora dos discursos... as autoridades todas presentes.... houve uma pane no serviço de luz e a cidade ficou toda às escuras (risos), voltando depois de um certo tempo. Esse é um fato pitoresco que pertence à história da nossa cidade”.

Finalmente, recebe a denominação de Praça XV de Novembro na administração do prefeito, Mário Néry, cujo mandato se estendeu de 1967 a 1971. Essa denominação também se sucede depois de nova reforma, sendo que os caramanchões são demolidos cedendo seu espaço para a fonte luminosa que ainda hoje permanece como símbolo ornamental, porém em um estado lastimável de abandono. O que antes era símbolo de beleza se transformou em sinônimo do descaso das autoridades para com o patrimônio público.

Buscando um referencial historiográfico que se adequasse aos meus objetivos, encontrei dois artigos na revista “Cadernos de História” número 8, que por se tratarem especificamente de praças, orientaram-me em vários aspectos que pretendo abordar.

Em relação ao artigo, “Pensando a paisagem como uma possibilidade para o ensino de história”, de José Reinaldo Varussa, posso dizer que a abordagem feita por ele do espaço da praça, como objeto de estudo, me permite um contato mais amplo com o pensamento de pesquisadores cujo tema se assemelha àquele investigado por mim.

²¹ Havia chfarizes construídos em outros bairros e sua principal função era abastecer a população de água potável, pois, naquela época não existia água encanada na cidade.

Como ele, me apoio no pensamento do historiador inglês Raphael Samuel que enfatiza a importância da História Local como fonte documental e a possibilidade de se utilizar a paisagem como um documento. Contudo, é necessário considerar os problemas e limites existentes neste tipo de abordagem. Partindo desse pressuposto, o autor afirma que *“Assim, um primeiro aspecto a se buscar é estabelecer um olhar diferenciado em relação à paisagem: vê-la como algo a ser lido, interpretado e, antes ainda, problematizado”*.²²

É, por meio deste olhar diferenciado, que será possível ao pesquisador perceber os diversos sinais deixados pelo homem, os quais serão responsáveis pela reconstituição do passado. No entanto, Varussa afirma que

“Não basta, deste modo, descrever as disposições encontradas, as formas e padrões estéticos observados, os materiais empregados. Estes são elementos importantes, porém e mais propriamente aqui, enquanto suscitadores de questões a serem investigadas (por que se utilizou tijolo e não Taipa; por que a rua percorreu tal traçado? Por que se adotou determinado estilo arquitetônico ou a diversidade deles?), levando-se sempre em consideração que a paisagem é uma construção da ação dos sujeitos e como tal carregada de intenções, sentimentos, valores e em meio a disputas.

*Torna-se necessário, assim, para ler/interpretar historicamente uma paisagem, considerá-la e colocá-la em movimento, buscando construir os processos nos quais elas se constituíram.*²³

De acordo com as considerações do autor, também penso que a paisagem por si como documento não é auto-suficiente - e vem daí a opção que fiz por trabalhar com depoimentos orais - pois, é praticamente impossível enxergar a paisagem sem observar a atuação do homem como sujeito no seu contexto social.

Quando sugere a interpretação da praça com um exercício, Varussa afirma que

“a noção de que o fazer-se de uma praça não se assemelha à montagem de um quebra-cabeças, no qual já temos um projeto pré-determinado por alguém (um arquiteto talvez) e que nos caberia, portanto, apenas encaixar as peças nos seus devidos lugares. Os espaços são “projetos sociais” muito mais complexos e deles

²² VARUSSA, José Reinaldo. Pensando a paisagem como uma possibilidade para o ensino de história. In: **Cadernos de História**, Uberlândia, UFU: 8(1): 101-114, mar.99/mar.2000, p.102.

²³ Ibidem, p.103

participam diversos “arquitetos”, com igual diversidade de projetos, o que faz com que os encaixes das peças nem sempre sejam alinhados e precisos.

Perceber esta diversidade e pensar os processos que a constituíram pode ser um dos objetivos a serem buscados na investigação da paisagem. ²⁴

O primeiro procedimento sugerido pelo autor para o estudo da praça é a descrição da mesma e salienta que essa investigação direciona-se para o diálogo com a documentação, enquanto evidências do passado. Com base neste pressuposto e utilizando as fotografias, foi possível, obter uma interpretação da realidade da praça por sujeitos históricos que ali atuaram e atuam cotidianamente, buscando os significados dessas transformações para os mesmos e qual a postura que assumem em relação à preservação desse espaço.

Ao entrevistar algumas pessoas quanto ao significado das raízes e das tradições pelos freqüentadores da praça e o que valorizam, concluí que para a maioria delas esse aspecto tem grande importância, o que pôde ser observado pelo depoimento do Professor Francisco, um poeta filho da cidade, depois que lhe mostrei algumas fotografias antigas da praça. Ele se refere a ela falando da saudade que sente por meio de uma poesia que recitou durante a entrevista:

*“A Praça XV de Novembro de fato
Era um cartão de visitas do Prata
Flores por todo o lado e das mais variadas cores
Os casais de enamorados sentiam –se felizes
No seu vai-e-vem percorrendo os passeios...
A concha acústica exibia um colorido variado
Deveras maravilhoso
Pássaros, entre eles o sabiá, cantava
Nas altas copas das árvores
Que cresciam bonitas e viçosas
A banda de música executa as marchas...
Ranchos, sobrados, melodias antigas...
Sob o caramanchão central,
Crianças corriam, pulavam, gritavam e brincavam*

²⁴ Ibidem, p.105

*Ensopadas e felizes por todos os lados
 Casais e idosos conversavam animadamente
 Assentados nos bancos que haviam em abundância
 Feitos de granito, ou então, de mármore
 Havia regozijo, paz e muita alegria
 Hoje, é outra a Praça XV de Novembro
 Por todo lado... grama e mais grama
 Nenhuma flor... nem mesmo viúva regateira...
 A concha acústica tornou-se ruína
 Bancos já não existem mais
 Daquele belo caramanchão...nem notícia
 Não se vê pelos passeios um só casal de enamorados
 E não se ouve um único grito de criança
 Canto de pássaros... de jeito nenhum
 As árvores tomaram conta da praça... gigantescas... enormes
 E a Praça XV de Novembro que antes era visitada por tanta gente
 Que a contemplavam deslumbrados e felizes
 Aquela praça, cujo jardim era viçoso, florido, belo e exuberante
 Tornou-se apenas um bosque...
 Sem flores... sem crianças....
 E sem pássaros.”*

Professor Francisco relata ainda que:

“Olha, a cidade que não tem memória nem tradição, ela acaba. Memória e tradição são coisas muito importantes e devem passar de pais para filhos, depois pros netos e bisnetos. Por exemplo, neste pequeno trecho que eu falo aqui sobre a Praça XV de Novembro, eu lamento tanta coisa boa que acabou... o que é bom não pode acabar... o que é ruim, não... o que é ruim a gente até esquece, mas o que é bom, não... a gente tem que conservar, e isso vai passando de geração a geração.

Você vê. O Prata é uma cidade antiga, tinha que ter muitos prédios conservados, aquelas construções barrocas... Quantas cidades em Minas não foram tombadas... A nossa igreja que foi derrubada... essa que está aí é até muito bonita, mas

a que foi derrubada era peculiar. Que bom que você trouxe estas fotografias, elas são valorosas, verdadeiro patrimônio histórico, como você as conseguiu?”

Levar as fotografias para mostrá-las, enquanto o entrevistava foi um recurso auxiliar perfeito, pois suscitou-lhe várias lembranças relativas à praça. Contudo, como já foi dito anteriormente, quando nos propomos a analisar uma série de fotografias é necessário considerar as intenções dos fotógrafos ao produzi-las, além das várias construções interpretativas por parte dos receptores, que poderão compreender o entorno de maneira diversificada. É imprescindível ao historiador ter a capacidade de decifrar a imagem analisada, numa tentativa de descobrir possíveis ligações entre os espaços como projetos sociais e a diversidade cultural que, no caso das praças, é uma constante. Por meio desta análise, tentei resgatar características perdidas, tradições que estão sendo esquecidas, principalmente por causa da relação do homem com a modernidade. Preocupando-se apenas em ser moderno, compactuando com os avanços tecnológicos mais recentes, ele vai se esquecendo, aos poucos, das tradições, deixando para trás, elementos importantes de suas raízes.



Foto 1-Praça Afonso Pena inaugurada em 1908



Foto 2-Praça Afonso Pena Vista por outro ângulo

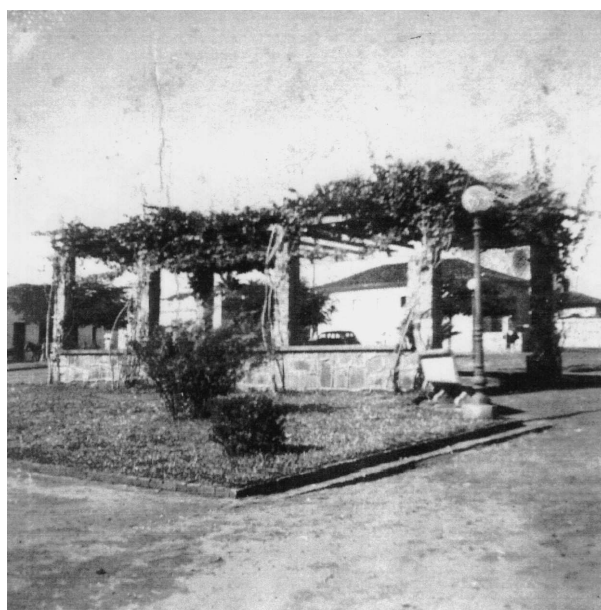


Foto 3 – Praça Fernando Terra – inaugurada em 1939

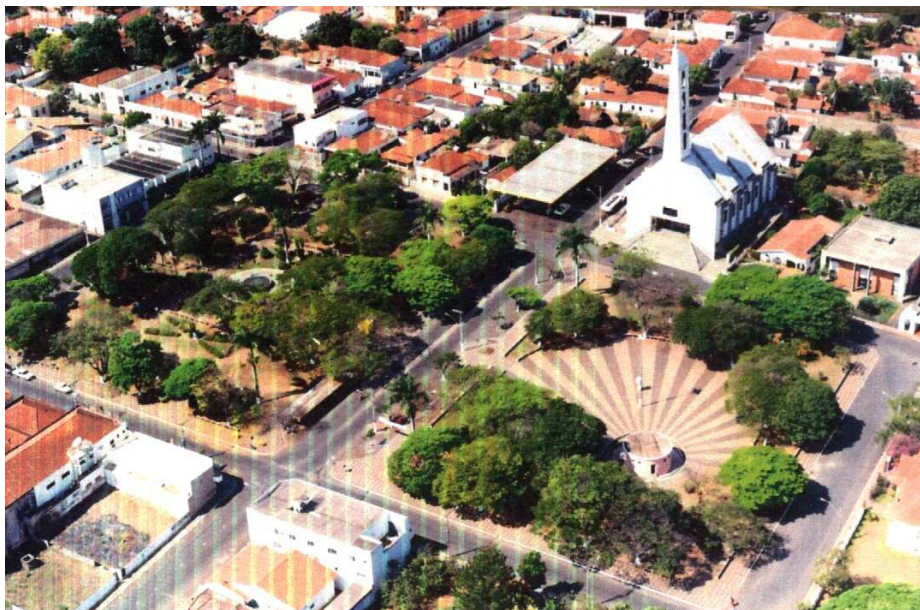


Foto 4-Praça XV de Novembro construída entre 1967 e 1971.

O valor da fotografia como documento aumenta quando se leva em conta a produção de profissionais como a fotógrafa Maureen Bisilliat. Para ela,

*“a fotografia não é apenas uma atividade profissional encerrada em si mesma. É uma linguagem, uma expressão criativa que corresponde a um só impulso do qual provêm, todas as formas de arte: a ansiedade de reter o efêmero das coisas. É, ainda, um instrumento de busca dos elementos imutáveis da terra e do homem, da procura de raízes culturais que sua infância e adolescência não lhe permitiram ter”.*²⁵

Segundo a artista, é impossível para ela pensar na fotografia em si, no quadro em si, na fotografia como unidade. Isso seria como tirar uma frase de um livro. Ela faz uma aliança com a cultura antropológica e poética.

É interessante observar que, quando a fotografia surgiu no século XIX, foi responsável por transformações, chegando inclusive a mudar alguns conceitos existentes na época. Com referência à obra de arte, veio modificar o conceito de valor da sua originalidade, sendo que a aura que existia em torno da pintura, na fotografia não existe devido à facilidade para sua reprodução.

Segundo Walter Benjamin, uma controvérsia foi travada no século XIX entre a pintura e a fotografia, quanto ao valor artístico de suas respectivas produções, mas

²⁵ BISILLIAT, Maureen, fotógrafa profissional nascida na Inglaterra em 1931 e radicada no Brasil em 1952. In **Curso Completo de Fotografia**, Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora, p.330.

salienta que essa polêmica foi a expressão de uma transformação histórica, que, como tal, não se tornou consciente para nenhum dos antagonistas. Para Benjamin, o surgimento da fotografia coloca em risco o valor tradicional da obra de arte devido à facilidade com que é reproduzida. A reprodutibilidade técnica e a serialização propiciaram que a obra de arte adquirisse uma maior exponibilidade. Essa serialização também é comentada por Carlos A. Lemos quando afirma que graças à produção em série, resultado da tecnologia, ocorre uma uniformização, uma universalização dos patrimônios culturais. Mas, apesar desse autor salientar a existência de uma cultura de massa que tende a criar uma igualdade de pensamento e de interesses de consumo comuns, concordo com ele e me animo quando diz que “*sempre daremos um jeitinho nosso às coisas de fora*”²⁶. Desse modo cabe-nos a tarefa de controlar os processos de evolução advindos das alterações do campo do saber, o que será possível por meio de registros dos vários estágios pelos quais passamos.

A fotografia sempre esteve ligada à arte, tanto que os pioneiros neste princípio foram pintores como Le Gray e seus amigos. O daguerreótipo, e depois a foto instantânea, a partir de 1859, responderam a demanda da burguesia que, desse modo, conseguiu se ver imortalizada por um custo baixo.

Os aperfeiçoamentos técnicos determinaram o desenvolvimento da fotografia documental: C. Marville fixa as imagens de Paris; Maxime du Camp acompanha Flaubert e registra apaixonantes testemunhos de suas viagens; R. Fenton documenta a queda de Sebastopol; M. Brady, T. Sullivan, A. Gardner e outros registram as atrocidades da Guerra de Secessão; enquanto, sempre nos EUA, L.W. Hine denuncia as desumanas condições de trabalho das crianças e J. Riis, as dos imigrantes.²⁷

O jornalismo se utiliza da fotografia como documento (fotojornalismo) e tem, como principal referência, os trabalhos produzidos pelo fotógrafo Robert Capa, que, segundo referências da Enciclopédia Time-Life, “tinha a maturidade do ensaio fotojornalístico: comparando-se a sua técnica de foto-reportagem com o estilo da época de 1914/1918, vemos que um enorme caminho foi percorrido. De imediato, as imagens de Capa contam uma história”. (Curso completo de Fotografia, p. 454)

²⁶ LEMOS, Carlos A.. **Op. Cit.** p.18

²⁷ Texto retirado da **Enciclopédia Larousse Cultural**. São Paulo: Plural Editora e Gráfica, p. 2519.

Fotografias como as de Capa, registram momentos raros e, se não existissem profissionais que realizassem esse tipo de trabalho, muito da história do passado se perderia em relatos imprecisos. Quanto a este aspecto, é válido ressaltar a teoria de Fraçoise Choay quando a mesma afirma que:

O primeiro objetivo dos antiquários é, portanto, tornar visível o passado, especialmente o passado silencioso ou não dito. Mas eles não se limitam a uma soma. A imagem é posta a serviço de um método comparativo que lhes permite estabelecer séries tipológicas, às vezes até seqüências cronológicas, e realizar assim uma espécie de história natural das produções humanas.”²⁸

É importante ressaltar que os antiquários foram responsáveis pela produção de uma farta iconografia e inúmeras coleções, pois, segundo Choay, o seu primeiro objetivo era tornar visível o passado. Porém, inicialmente o seu único interesse era a Idade Antiga, sendo que somente a partir do século XVII é que eles passaram a se interessar por antigüidades de outras civilizações que não a Greco-romana.

Na Inglaterra eram as sociedades dos antiquários que protegiam as antigüidades nacionais. Na França essas sociedades entraram em declínio a partir da Revolução Francesa, no final do século XVIII. Então o Estado assumiu essa função e passou a centralizar a preservação.

Choay salienta que o amor à arte e ao saber histórico não foram suficientes para implantar de forma sistemática e definitiva, a prática da preservação. Foi preciso que surgissem ameaças concretas de perdas de monumentos já então valorizadas como expressões históricas e artísticas – o vandalismo da Reforma e o da Revolução – e uma mística leiga vinculada a um interesse político definido – o culto à nação – para que a preservação dos monumentos se tornasse um tema de “interesse público”.

Quanto à discussão relativa ao trabalho de fotógrafos como Capa, e relacionando-a à teoria exposta por José Mattoso ao falar dos monumentos históricos que pretendam exaltar o passado, nota-se que ele considera a paisagem como documento, referindo-se às marcas que o homem tem deixado nela e, enfatiza a importância de se examinar essas marcas. Para ele, na paisagem urbana, os vestígios

²⁸ CHOAY, Françoise. *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1992. Apud: FONSECA, Maria Cecília. *Patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997.

temporais são mais facilmente perceptíveis; então, poderemos utilizar a fotografia como fonte documental quando ela retrata edifícios, praças, ruas e casas da cidade que formam a paisagem urbana.

Nesta paisagem, a figura humana está presente, mesmo que apenas por abstração, ou seja, mesmo que apenas na imaginação, pois, essa presença pode ser sentida por meio das ações do homem na construção do meio em que vive e que surge documentada sob a ótica do fotógrafo. Através da fotografia dessa paisagem, será possível fazer uma análise do cotidiano das pessoas na época em que tal foto foi produzida.

Ao observarmos a fotografia que foi produzida do local onde se localizava o Cine Prata e a compararmos com uma outra, produzida nos dias atuais, notaremos as mudanças promovidas pela ação do homem. Na primeira fotografia estão registradas as características originais dos prédios ao serem construídos; já na segunda, é possível perceber que o prédio da esquina, local onde funcionava a Loja “*A Favorita*”, de propriedade da Sr^a. Edméa Alves Junqueira e considerada por muitos anos a melhor loja comercial da cidade devido à variedade de produtos finos que oferecia aos seus clientes, foi demolido para ceder lugar a um conjunto de pequenos pontos comerciais para aluguel. Em um desses pontos encontra-se instalado o bar do André, que apesar de servir bem ao cliente, não possui a atmosfera agradável encontrada no Bar do Niguito, do qual Maria Helena Melo, atual secretária da cultura, se lembra com carinho:

“...onde é o Bradesco hoje, era o Cine Prata e ao seu lado tinha o Bar do Niguito... então, os rapazes ficavam dentro do bar... esperando... porque sabiam que as moças iam lá comprar sorvete. Surgia até namoro...”

Se observamos as duas fotografias reproduzidas abaixo, perceberemos a ação do homem no quarteirão mais lembrado pelos entrevistados. Todos eles se lembraram do “footing” que ali se praticava nos finais de semana. As linhas arquitetônicas dos prédios que não foram demolidos, não apresentam mais as características originais.



Foto 5- Calçada da “Porta do Cinema” na década de 50



Foto 6-Calçada da “Porta do Cinema” nos dias atuais.

Outro conjunto de fotografias utilizado como recurso auxiliar foi o que retrata as igrejas que existiram e a atual. Fazer a comparação entre eles despertou até mesmo, alguns arroubos de indignação entre algumas das pessoas entrevistadas, o que me levou a crer que não estou sozinha na ânsia de defender a preservação do patrimônio, permeado pelas nossas tradições, mesmo depois de concluir por meio das leituras que fiz, que o verdadeiro motivo pelo qual políticos e intelectuais resolveram investir neste campo foi o de formar uma identidade nacional.



Foto 7-Igreja de Torres construída em 1839



Foto 8-Igreja Matriz (de uma torre) construída em 1912



Foto 9-Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo construída em 1972

Em relação à fotografia da Igreja de Duas Torres construída em 1839, os entrevistados afirmaram não se recordar dela, pois foi demolida em 1912. Porém, observando essa fotografia, constata-se que esta igreja era realmente majestosa, como a descreve o promotor de justiça aposentado, Dr. Sebastião Alexandrino de Ávila:

“Essa igreja era realmente majestosa, uma construção belíssima e resistente. Mas o povo sempre busca a modernidade, por isso decidiram demolir para construir uma mais moderna. Porém, o que vemos é que o moderno não conseguiu superar o antigo, pois a igreja nova não conseguiu superar em beleza a Igreja de Duas Torres. Foi uma grande pena não a terem preservado.”

Quanto à demolição da segunda igreja, Matriz de Nossa Senhora do Carmo, os entrevistados foram praticamente unânimes ao se referirem a esse fato com pesar. Maria Augusta de Camargos Vilela, nora de um dos mais ilustres políticos da cidade e prefeito por três vezes, Agenor Pádua Vilela (Nenen da Rola), refere-se a esse fato abaixo:

“Uma coisa de que eu quero falar é a questão da igreja. Na ocasião em que ela foi demolida, o padre da época, Padre Ângelo Casagrande, queria construir uma matriz muito linda, e então ele queria utilizar o espaço da praça ali em frente à igreja.

Na ocasião o meu sogro era prefeito. O padre reivindicou a praça para que a matriz fosse construída, mas os vereadores não aceitaram... então, o padre ficou chateado e implicou com o meu sogro porque achou que ele era o responsável. Nessa ocasião surgiu muita prosa, gerou um problema muito sério, inclusive nós tivemos que nos afastar da igreja por uns tempos... apesar de que, a gente não afasta da igreja por causa de padre. Mas, nós fomos obrigados. Para que não houvesse um mal maior, nós fomos obrigados a nos afastar da igreja.

Eles resolveram demolir aquela igreja (Igreja de Uma Torre) com a desculpa de que ela iria cair. Mas, ela nunca iria cair, pois tiveram o maior trabalho para derrubá-la de tão sólida que era a construção. Eu acho um absurdo eles terem demolido aquela igreja. Não preservaram nenhuma das igrejas da cidade. Essa igreja que foi demolida era pequena, mas era aconchegante... o altar era lindo... eles nunca deveriam ter feito o que fizeram.”

Como este, vários outros depoimentos registram a mesma indignação perante a desvalorização com que é tratada a questão da preservação na cidade do Prata.

Quanto à questão da preservação do patrimônio histórico, pensei ser relevante considerar as propostas do DPH da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo ao promover o Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania com o intuito de despertar uma conscientização em torno do significado de preservação de patrimônios, numa época em que a descrença e o descaso tornam-se uma constante no cotidiano da sociedade brasileira. Um dos resultados deste congresso foi a publicação de textos selecionados que tratam da discussão ali realizada. A principal meta almejada pelos organizadores, segundo Maria Clementina Pereira Cunha, é:

“Manifestar publicamente nossa única certeza: a de que o confronto de idéias e o debate livre e criterioso constituem o melhor caminho, seja para o aperfeiçoamento da sociedade em que o “moderno” não negue o passado, e o exercício da cidadania esteja ancorado em memória capaz de afirmar a diversidade e o conflito como dimensões constitutivas da história.”²⁹

Ao iniciar este capítulo referi-me ao desenvolvimento da cidade como a uma produção escrita em que cada uma das ações do homem para intervir no espaço que escolhe para se fixar apresenta a mesma função que as palavras na construção de um

texto. Vimos que, com a modernidade, as transformações do espaço urbano foram inevitáveis, contudo, quando levamos em consideração a memória das pessoas entrevistadas pudemos perceber que cada geração possui guardada em seu íntimo, lembranças de épocas passadas que são consideradas como pontos de amarração de sua história.

²⁹ CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio Histórico e Cidadania – uma discussão necessária. **O direito à memória – Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p.11.



CAPÍTULO II – A PRAÇA COMO PALCO DOS EVENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS

“Os relatos não são meras exposições da memória, mas um olhar através do tempo plural, um olhar que reconstrói, decifra, revela e permite a passagem de um tempo a outro. Ao mesmo tempo atualização do passado no presente e leitura do passado como invenção do presente.”

(Regina Beatriz Guimarães Neto)

Para escrever este capítulo priorizei as narrativas orais coletadas entre os freqüentadores da Praça XV de Novembro. Desse modo, busquei embasamento nas idéias de historiadores que desenvolveram discussões relativas à memória numa tentativa de compreender a relação memória/história. Ora, quando se fala em memória/história é necessário que se faça uma discussão sobre esses conceitos que, apesar de semelhantes opõem-se constantemente. Deve-se considerar que o tempo da história é o tempo das mudanças, das transformações, enquanto que o tempo da memória coletiva é o tempo da permanência, da continuação. Essa diferença pode ser constatada pela observação de Pierre Nora quando afirma:

“A materialização da memória está assim, em poucos anos, prodigiosamente dilatada, desmultiplicada, descentralizada, democratizada... Não somente guardar tudo, mas conservar todos os signos indicativos da memória, mesmo se não soubermos exatamente de que memória eles são indicadores. Mas produzir arquivos é o imperativo de nossa época... Ele não é mais o relicário, mais ou menos intencional de uma

memória viva, ma a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida. Ele duplica o vivido, que se desenrola diante dele mesmo em função de seu próprio registro – as atualidades são feitas de outra coisa? – de uma memória Segunda, de uma memória prótese. A produção do arquivo é o efeito agudo de uma consciência nova, a expressão mais clara do terrorismo da memória historicizada... É que esta memória nos vem do exterior e nós a interiorizamos com um constrangimento individual, pois ela não é mais uma prática social. A passagem da memória à história impôs a cada grupo a obrigação de redefinir a sua identidade para a revitalização de sua própria história. O dever da memória faz de cada um o historiador de si. O imperativo da história assim ultrapassou, aos poucos, o círculo dos historiadores profissionais. Não são apenas os antigos marginalizados da história oficial que alimentam o desejo de recuperar o seu passado desaparecido. São todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, que, a exemplo das etnias e das minoria sociais, experimentam o desejo de partir para a pesquisa de sua própria constituição, de reencontrar sua origens.”³⁰

O que pode ser percebido atualmente, é que há uma diferença entre a história vivida e aquela escrita pelos historiadores. A grande valorização que vem sendo atribuída a toda referência do passado incentivando a sua preservação e arquivamento, levou à criação da memória histórica, a qual não é considerada memória porque se encontra alheia à experiência do vivido, e nem história, porque destituída do seu valor crítico em relação ao passado.³¹ Nora ressalta ainda que não são apenas aqueles que trabalham com história oficial que alimentam o desejo de recuperar o seu passado desaparecido, mas também todos os outros, intelectuais ou não, que desejam pesquisar a sua própria constituição, reencontrando dessa maneira, suas origens.

Não posso deixar de citar aqui o texto de Marilena Chauí, o qual foi redigido como arguição durante a defesa de tese de livre-docência de Ecléia Bosi, na Universidade de São Paulo, sendo que a autora da tese trata da memória dos velhos salientando que temos que lutar por eles, porque são a fonte onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara. Contudo, ela ressalta que essa memória sofreu e sofrerá a influência da história oficial, a qual, será responsável por roubar-lhe o sentido, a transparência e a verdade.

³⁰ NORA, Pierre, org. – **Les lieux de mémoire**. Gallimard, 1984, pp. 28 e 29.

³¹ DECCA, Edgar Salvadori de. **Memória e Cidadania. O direito à memória – Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 133.

Quando Chauí se refere aos recordadores como trabalhadores, remete-se à tese de que: *“Lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição”*.³² Nesse sentido, a memória dos frequentadores da “minha” praça, foram fontes importantes para o desenvolvimento de minha pesquisa, porque procurei levar em conta, que memória não é história. Cada um dos recordadores desenvolve uma interpretação singular da sua realidade. Cada um imprime um significado peculiar às suas lembranças e, nem sempre os pontos considerados importantes serão comuns à lembrança dos mesmos. Ressaltar essa diversidade, antes de ser empecílhado, constitui-se numa riqueza de elementos a serem explorados por todo pesquisador.

A preocupação central não deverá ser as “possíveis verdades” contidas nos relatos, mas sim o bom desenvolvimento da investigação e o intercâmbio entre o sujeito e o objeto. O investigador se transforma no veículo da memória dos investigados cuja produção de lembranças é fruto de anos de observação, de experiência de vida, em que momentos alegres surgem intercalados com tristeza. Tristeza por imaginar perdida, aquela etapa quase esquecida; mas, que se torna possível, que renasce com o relembrar das mentes atentas.

Mas, se observarmos a análise que Alessandro Portelli desenvolve sobre a história oral, perceberemos que existem dois fatores de grande influência para sua construção e que se caracterizam pelo modo como o investigador encaminha a entrevista, pois, segundo Portelli, quando o mesmo se dispõe a realizá-la, já possui alguns propósitos pré-determinados que o orientarão na formulação e direcionamento das questões a serem elaboradas.. O outro fator é a interpretação que o entrevistado faz do que conta. Desse modo, pode-se dizer que a história oral se constitui num campo de diferenças no qual se desenvolve um diálogo entre diferentes (narrador e pesquisador) sendo que a fala ou o questionamento dependerão da interpretação de um ou de outro na construção do processo verbal que se desenrola.

Levando em consideração o vasto campo de diversidades que envolve a interpretação da realidade de indivíduo para indivíduo, é necessário que o investigador

³² CHAUI, Mariela de S. “Os trabalhos da Memória”. In: BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade; Lembranças de Velhos**. 2ª ed, São Paulo: T. A. Queiroz/USP, 1987, p. XVII a XXXII.

evite pressionar o entrevistado quanto ao objetivo a que se propôs, não deixando que fatores significativos para ele o influenciem no encaminhamento da entrevista.

Portelli salienta que os fatos corriqueiros do cotidiano das pessoas, quando relatados a um historiador, recebem uma conotação diferente daquela com que são transmitidas aos membros mais jovens da família, pois, segundo esse autor, a presença do historiador é suficiente para que o narrador levante questões sobre as quais nunca tenha pensado seriamente. A intenção do narrador tende a se alterar devido à novidade da situação. Ele ressalta que em trabalhos que abordam a história do cotidiano, ou de um núcleo familiar, as narrativas são contadas de forma fragmentada, não há organização no modo como ela se desenvolve. Segundo algumas considerações desse autor, este tipo de história não existe por natureza, sendo que a sequência lógica e organizada das idéias é fruto das análises e interpretação do historiador dentro da pesquisa.

Pensando nas bases de legitimação em contar uma história de vida salientadas por Portelli: “ou a vida é significativa ou a história é bem contada”, é possível perceber que, algumas vezes, o que importa é a beleza das histórias a serem contadas e que mesmo que os dados apontados pelo narrador não confirmem com a história oficial, é necessário levar em consideração o significado que tais dados representam e/ou representaram na história de vida do mesmo.

Em meu trabalho, procurei combinar essa beleza com a realidade dos fatos ocorridos, pois segundo Portelli, “*a verdade, quando contada com beleza pode também pode espargir luz por meio de símbolo e sentimento de nosso entendimento de História*”.³³ Cada história possui uma beleza intrínseca nas entrelinhas da memória resguardada, sendo que esta, pode ser considerada o mais profundo tema de performance, pois, as imagens do passado são preservadas, e quando são relatadas, na maioria das vezes, a emoção se torna patente na fala do narrador, trazendo à tona, momentos que tiveram significativa importância em sua história de vida.

Quando falamos das festas populares que se realizam no contexto das praças, obtemos uma grande oportunidade para que o narrador se expresse e nos descreva

³³ PORTELLI, Alessandro. “História Oral como Gênero”. In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos graduados em história e do Departamento de História da PUC/SP**. São Paulo: EDUC, (22), p.9-36, Jun. 2001.

hábitos que se modificaram no modo como as mesmas eram realizadas, e, se as relacionamos aos interesses de grupos ligados à indústria cultural, percebemos que os mesmos preocupam-se em preservar, principalmente, aqueles eventos que trarão a possibilidade do lucro. Na realização do Carnaval de rua na Praça XV de Novembro, ocorre uma disputa acirrada pelos comerciantes quanto ao local a ser escolhido, cada um objetivando apenas o interesse próprio.

2.1 - OS EVENTOS SOCIAIS

Nas narrativas orais coletadas relativas ao carnaval pude perceber divergências entre a sua realização no espaço público da praça, de maneira mais democrática; e no modo como era realizado antigamente, no espaço interno dos salões de baile. Para o Professor Francisco, cujo depoimento já foi citado anteriormente:

“O Carnaval é festa popular, então o povo entendeu que deve ser feito na rua, a exemplo do carnaval do Rio, São Paulo, Recife, Bahia... em que o povo sai para ver e... é festa alegre.

Nos carnavais de clube, antigamente, tinha muita sujeira, viu! (risos) entravam, por exemplo, vamos falar em português claro, né. Se entravam no clube umas duzentas “virgens”, dali saíam cinquenta mães... (risos) Agora, no carnaval de rua o povo vai ali, brinca, bebe, pula... Nós temos que pensar que o carnaval é cultura também. Na rua ele ficou mais democrático.

O que eu achei interessante também em relação ao carnaval, não daqui, mas das grandes cidades; é que cada escola, apresenta um samba-enredo. Mas, vocês já perceberam que a melodia é sempre muito parecida?”

No entanto, para o Dr. Geraldo de Castro há uma perda da tradição nas festas populares. Em relação ao Carnaval, ele diz o seguinte:

“Eu sempre fui contra carnaval de rua, mesmo porque eu acho que carnaval de rua só fica bem no Rio de Janeiro, que tem mar... aí então, o carnaval é realizado na orla marítima e é muito bonito. Mas, em cidade do interior é bom que seja em locais fechados como os salões de baile, inclusive para facilitar até o controle quanto à

ingestão de drogas, que hoje em dia tem se tornado campeã. Nós vemos a moçadinha se aproveitar dos dias de carnaval para se esbaldarem em álcool e drogas. Na praça, além do barulho ensurdecedor das bandas que se apresentam, não tem as características de bailes carnavalescos, pois não tocam nem mesmo músicas de carnaval, não tem mais as fantasias. São bailes populares, em que todo mundo comparece, grande parte usa drogas e bebidas, além de não ter segurança nenhuma.

Por isso eu sou amplamente favorável aos bailes de carnaval em recintos fechados, onde há mais ordem, mais vigilância. Ali podem organizar o seus blocos carnavalescos, caprichando mais na fantasia. Eu sinto que as nossas festas populares estão decaindo até nisso.”

Observando esses dois depoimentos, constata-se a teoria de Josep Fontana quanto à diversidade existente entre as lembranças e opiniões dos narradores. Cabe, portanto ao pesquisador, saber utilizar essa diversidade na construção da história que investiga. Ela me possibilitou perceber que as divergências contidas nos depoimentos poderiam tornar o resultado do meu estudo mais completo, e por isso tentei explorar esse aspecto da melhor maneira possível.

Quanto aos hábitos cotidianos dos freqüentadores da praça foi de grande ajuda ler o artigo que se intitula “Um espaço de referência em meu bairro”, cuja autora Antoniette Camargo de Oliveira desenvolve um trabalho de campo com alunos de 1º e 2º graus realizado no contexto em que a praça se insere. Segundo a autora, essa delimitação foi feita porque, de acordo com as discussões ocorridas em sala de aula, trata-se de “*um espaço de representação de uma realidade mais geral, no caso específico, a do próprio bairro ou dos moradores do mesmo e, de uma maneira mais ampla, possivelmente a realidade da cidade e a Praça estão inseridos*”.³⁴

Utilizando-se do método de observação, a análise do objeto a ser estudado teve como direcionamento as várias maneiras de utilização deste espaço, as práticas de reapropriação dele, além das práticas de resistência ao poder instituído e às estratégias de controle e dominação. A autora ressalta também as diferentes representações que os diversos usuários têm da praça e, quanto a este aspecto, é válido salientar a influência

³⁴ OLIVEIRA, Antoniette Camargo de. Um Espaço de Referência Em Meu Bairro. **Cadernos de História**. Uberlândia, UFU: 8(1): 93-99, mar.99/mar.2000, p.94.

que o desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, o aumento populacional exerce sobre certos hábitos dos antigos moradores das imediações. Para ela,

“a culpa pelo desconhecimento da história, tanto da praça quanto do bairro, não é dos moradores de aluguel nem, tampouco, dos moradores mais recentes.

O deslocamento obrigatório das pessoas de uma parte a outra da cidade, inclusive devido à sua expansão territorial, obviamente torna a praça uma espécie de calçada nos “horários de pico” dos trabalhadores. Nestes momentos ninguém que passe pela Praça se interessa em observá-la, admirá-la, “aproveitá-la” da forma como gostaríamos e poderíamos fazer se a situação geral fosse outra. Não há crianças brincando, não há mães com seus filhos tomando banho de sol, não há cães passeando acompanhados de seus donos, raramente se vê um passante se escondendo do sol sob a sombra das árvores.”³⁵

Em seu artigo, Antoniette pretende mostrar que, apesar das várias transformações plausíveis de acontecer em ambientes como o da Praça, é muito importante que se perceba a importância de se reconstruir os hábitos e as experiências vividas pelas pessoas neste final de século. Contudo, para que isso se torne possível, é necessário uma ação conjunta por parte das autoridades públicas municipais e, principalmente, por parte dos moradores.

As transformações na vida social e cultural que acontecia na Praça XV de Novembro foram gritantes, e isso é percebido nos depoimentos orais que falam de uma sociedade preocupada com a cultura. O teatro, o cinema e a música já ocuparam lugar de destaque proporcionando entretenimento e diversão à grande maioria da população pratense. Atualmente, pode-se dizer que há um marasmo quanto a eventos culturais, que raramente são realizados na cidade, sendo mesmo que, algumas vezes quando acontecem, não alcançam o mesmo “*glamour*” de antigamente por falta de interesse das pessoas.

Um pouco dessa história social e cultural da cidade foi resgatada pelas narrativas dos moradores e são permeadas por um saudosismo resultante do conhecimento de que algo se perdeu. Quando falam dos filmes que assistiam, dos bailes que freqüentavam no Prata Clube e, até mesmo do vai-e-vem na porta do cinema, antigo hábito praticado; o

³⁵ Ibidem, p.99.

fazem com uma certa emoção por relembrem fatos que lhes trouxeram alegria em vários momentos de suas vidas. Essa emoção esteve patente no depoimento de Maria Augusta quando relembra que a sua mocidade:

“Era diferente da mocidade de hoje, pois o tempo evoluiu muito, as coisas mudaram. Naquela época nós não tínhamos a liberdade que os jovens têm hoje. Os pais nos proibiam de sair e também controlavam a hora de voltarmos para casa. Nós tínhamos o Cine Prata, o Prata Clube, e tudo isso nós aproveitamos.

Nós iniciávamos a nossa entrada na sociedade aos quinze anos. Antes dos quinze anos nós não podíamos freqüentar o clube; nós não podíamos fazer muitas coisas que os jovens de hoje fazem, por exemplo, nós não podíamos sair todos os dias, geralmente só aos sábados e domingos. Nós só saíamos à noite porque cantávamos no coral da igreja, então tínhamos que ir. Aí, aproveitávamos para passear um pouquinho, mas era escondido...(risos)

Nós fazíamos o vai-e-vem ali na porta do cinema, as moças todas de braços dados, íamos da esquina da Favorita, que era a loja da Edméa, até a esquina do Prata Clube e os homens ficam na beirada da calçada olhando as moças passarem... e ali saíam os flertes, iniciavam-se os namoros, né... então a gente aproveitava muito.

Na calçada da praça, do outro lado da rua, nós não podíamos freqüentar, porque eram aquelas moças mais sapequinhas que passeavam lá. Então, nossos pais não nos deixavam ir lá e nós não íamos mesmo. À noite nós não podíamos nos sentar nos bancos do jardim, a não ser quando havia as retretas e a Banda do Sargento Elias tocava. Eu me lembro bem dos caramanchões que tinham ali e eles demoliram. Era uma coisa que tinha que ser preservada. Eles tiraram a beleza da praça pra colocar aquela fonte horrorosa, pra ficar desdeixada como está. Os caramanchões eram lindos, todos feitos de pedra, muito bem feitos... era uma coisa bonita que tinha ali. Era como um cartão postal da praça. Infelizmente acabou.”

Quando fala dos eventos patrocinados pelo Prata Clube, Maria Augusta ressalta a importância que esta entidade social possuía junto à sociedade pratense, pois ali eram realizados verdadeiros bailes de gala, e as pessoas participavam de forma massiva. Ela se recorda das grandes orquestras que animavam essas reuniões, algumas inclusive de fama internacional. Maria Augusta se lembra até mesmo da inauguração do Prata Clube. Disse que apesar de não se encontrar na idade em que as moças começavam a freqüentar os bailes, não resistiu e foi até a “esquina” para dar uma espiada.

Maria Helena Melo, já de uma geração mais jovem, descreve a rotina do Prata Clube da seguinte maneira:

“Às 14 horas, tinha o Prata Clube, onde a gente se encontrava para o “soiré” dançante. Lá, tinha um salão de jogos onde se jogava pingue-pongue, jogo de torrinha, jogo de damas... Tinha até uma mini biblioteca... pequena, mas dava para o pessoal se divertir. Depois, das 19 horas no Domingo, a gente ia em mais uma sessão no Cine Prata. Às 21 era quase obrigatório darmos uma outra passada no Prata Clube onde eram realizadas brincadeiras dançantes.

No período das férias, dezembro... nós tínhamos que aproveitar era ali mesmo... alguns jovens tinham carro... mas tudo acontecia ali mesmo, nos arredores da praça, todo mundo dando voltinhas, praticando o “footing”... as meninas fazendo vai-e-vem no quarteirão do cinema... Os bailes realizados eram muitos. Tinha o Baile do Broto, o Baile das Mães. Em junho havia os bailes juninos. A vida cultural era ativa. (...) Dos festivais de música o que eu sei é que era a Cristina, minha irmã, e a Bea que os organizavam.”

Exprimo aqui também minha tristeza por ver um dos últimos remanescentes da história social do Prata, o Prata Clube, estar sendo totalmente descaracterizado em mais uma das reformas por que passa. O abandono a que ficou sujeito nos últimos anos o andar superior do prédio, foi responsável pela deterioração do telhado provocando goteiras que afetam as instalações do Bar Caiçara que funciona no andar inferior. Este fato levou o dono do bar a tomar providências quanto à troca das telhas francesas que o compunha o telhado do clube por telhas de amianto (Eternit). Além disso, a fachada está sendo modificada, pois, segundo os pedreiros que lá trabalham, a estrutura está abalada, e sendo assim, algumas das paredes externas que se apoiam sobre a marquise do bar deverão ser demolidas e construídas mais afastadas tendo como apoio as paredes inferiores. No entanto, essas providências foram tomadas sem que um profissional competente tivesse feito uma vistoria na construção.

Segundo informações do Dr. Geraldo de Castro, já foi feita anteriormente, uma tentativa por parte do dono do bar junto à prefeitura quanto a se requerer o tombamento do referido prédio e se investir na sua preservação:

“Esse chegou a ser um projeto do prefeito anterior o Sr. Marco Túlio, que não conseguiu realizá-lo para deixar funcionando ali a Casa da Cultura e o Museu da

cidade. Não sei se por causa dos governantes ou por falta de recursos ou condições, eles não conseguem realizar aquilo a que se propõem.

Eu penso que o Prata já merecia um lugar onde pudesse guardar as suas recordações, as suas fotografias, os seus documentos... eu sei inclusive que o arquivo municipal continua praticamente abandonado. Eu me recordo que na época do prefeito Mário Nery, pretendeu-se organizar melhor esse arquivo, mas não conseguiu e de lá pra cá, as coisas pioraram porque nem se fala mais nele. No entanto, a história do município está lá! Aqueles documentos são valiosíssimos! Eu acho que não existe mais quase nada. E por causa disso, eu penso que o pratense não gosta de conservar as suas lembranças, boas; das coisas que aconteceram e das pessoas dessa cidade.”

Partindo da análise desse depoimento e levando em conta as políticas públicas de preservação no Brasil em que o intervencionismo estatal sempre esteve presente buscando a formação de uma identidade nacional por meio de um universo simbólico, percebe-se que não é possível

“produzir sempre a simples conservação de sítios ou edificações na mesma condição em que estavam ao passar à condição de bens tombados ou criados, em sua origem. Pelo contrário, ela necessariamente acarreta intervenções físicas e simbólicas: reformas, restaurações e reciclagens são ações práticas e simbólicas pelas quais a vida social contemporânea se apropria e acrescenta novos significados ao que é preservado.”³⁶

No caso da preservação do prédio do Prata Clube, não houve um interesse maior nem por parte dos agentes institucionais, nem por parte da sociedade - a qual não possui um esclarecimento quanto a importância da preservação do nosso patrimônio e se mantém alheia às transformações que acontecem no espaço urbano que a cerca - em reciclar aquele espaço utilizando-o da maneira sugerida pelo Dr. Geraldo. Contudo, quando a discussão se estende quanto aos custos de conservação dos bens a serem preservados, nota-se que os recursos financeiros, na maioria das vezes, são limitados, portanto torna-se essencial que haja interesse não só das autoridades locais, mas também é necessário que seja feita uma conscientização popular, como a exemplo do

³⁶ ARANTES, Antonio Augusto. Patrimônio Cultural e Nação, **Trabalho, Cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira**, org. Angela Maria Carneiro Araújo. São Paulo: Scrita, 1997.

México, que dedica atenção especial a essa questão de educação de massa no que diz respeito à memória.³⁷

2.2 - AS FESTAS RELIGIOSAS

Em relação a festas religiosas que acontecem no entorno da Igreja Matriz, os entrevistados relataram o modo como eram realizadas em épocas anteriores apontando algumas das transformações ocasionadas pelas relações econômicas e sociais relativas ao contexto em que se realizam atualmente. Por meio desses relatos concluí que, apesar das transformações, a tradição e o significado dos rituais religiosos se conserva e continuam a ser transmitidos às gerações futuras, principalmente se levamos em consideração a afirmação da Professora Maria Clara T. Machado de que:

*“a cultura é um processo dinâmico e não pode pensar suas transformações como deterioração. A idéia de preservar e valorizar não pode desconhecer as mudanças ocorridas na coreografia e no significado das práticas culturais frente às alterações históricas em que ela se insere. Antes de serem representações discursivas de uma época, foram ou são parte de um mundo real no qual ao se produzirem relações econômicas e sociais está se produzindo também cultura. Esse entrelaçamento da cultura às condições concretas de vida induz a pensar em transformações culturais enegedradas no bojo da história concebida enquanto processo.”*³⁸

O Sr. Osvaldo Sérgio, 82, um contador de casos que todas as tardes se senta na esquina de sua casa para conversar com os vizinhos que chegam do trabalho, refere-se a essas festas com uma certa nostalgia. Entrevistá-lo reportou-me à observação de Alessandro Portelli quanto à beleza que pode estar contida nas histórias contadas, pois os seus “casos” são contados com essa beleza que o autor salienta. Além disso, um

³⁷ LEMOS, Carlos A. **Op. Cit.** São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 84.

³⁸ MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Cultura Popular e Desenvolvimento em Minas Gerais: Caminhos Cruzados de um Mesmo Tempo.** Tese (Doutorado em História) FFLCH, USP. São Paulo, 1998.

outro fator o torna um entrevistado especial: ele é meu pai. Desde criança ouço suas histórias, porém agora foi diferente, porque seu depoimento ficará registrado neste estudo, o que é motivo de grande orgulho para mim. Meu pai diz que:

“Quando tinha festa na igreja, o povo vinha das roças a cavalo, a pé, e até mesmo, de carro de boi. Tinha o moçambique com o tio Leopoldino veio, o Sô Honorato... todos eles trabalhavam no moçambique. Eles iam subindo ali na porta da prefeitura indo em direção da igreja. Então, aquele negão veio caía no chão e corria o pé... vinha doido na coroa da Juíza pra tirar a coroa dela. Quem tirasse ganhava um prêmio. Mas, os capitães protegiam a Juíza com facão. Ah! Mas aqueles facão voava longe...(risos) o nego chegava o pé nos facão... mas num chegava na Juíza, não! Eh!... mas aqueles negos sabia mexer, viu. Hoje num tem mais moçambique como antes. Eles só passam na rua e pronto. Tem a Congada, a Folia de Reis, mas tá muito diferente de antigamente.

Isso era na festa de N. S. do Rosário e de São Benedito também. As procissões eram bonitas, com muita gente acompanhando... Uma vez, eu saí pra ir numa procissão. E lá vai a procissão... lá vai... e veio uma chuva só. E o povo correu tudo. Eu falei: Ah! Eu vim pra ir na procissão, eu vou na procissão. Quando cheguei na porta da igreja, eu tava moiadim. Mas, quando terminou os foguetórios eu já tava enxuto... um terno de casimira ensopado... e foi só entrar pra dentro da igreja, rezar... o terno secô.”

Já Maria Augusta se recorda de que as festas eram mais simples, porém muito mais significativas, pois o povo tinha mais fé. Ela fala da beleza das comemorações da Semana Santa, com suas encenações bíblicas organizadas pelo Padre Ângelo Casagrande que, segundo ela, apesar de ser muito severo, tinha uma grande qualidade:

“Era de um bom gosto difícil de encontrar, porque as semanas santas que ele fazia eram uma maravilha... as encenações eram lindas. Ele procurava reproduzir aquilo que realmente tinha acontecido. Essa encenação era feita na igreja, por pessoas da comunidade. Na Segunda-feira a procissão levava o sr. Dos Passos para a outra igreja. Na Terça, tinha a procissão do encontro, que era linda... as mulheres saíam da matriz e os homens saíam da igreja N.S. do Rosário. Fazíamos o percurso e o primeiro encontro da N. S^a com Jesus Cristo era na esquina do Prata Clube. Ali faziam uma encenação, por exemplo, a Verônica cantava uma música. As Verônicas foram interpretadas pela Terezinha Minucci, a Nereida, a Maria do Toninho, a Iracy... era

emocionante... era diferente porque o pessoal tinha uma fé muito grande e por causa disso era muito bonito...

A festa da padroeira, em julho, também se modificou... modificou até no andor, que hoje é feito na carreta e é muito mais pomposo e ornamentado. Antes era o andor de carregar no ombro, bem mais simples, porém a participação da comunidade era maior... a praça ficava repleta de gente... Hoje a participação também é grande, mas não é como antigamente.”

Pelos depoimentos transcritos acima, é possível ter uma noção das transformações que ocorreram na realização das festas religiosas, mas nem sempre elas desagradam os fiéis que as encaram como um avanço da igreja católica. Exemplo disso é encontrado no relato do Professor Francisco no dia 21 de janeiro de 2003:

“Nas festas religiosas ocorreram muitas mudanças, inclusive a festa de São Sebastião que se realizou neste final de semana aqui na cidade apresentou muitas mudanças, inclusive por parte da igreja. Ficou diferente! O padre agora está mais voltado para o povo, e isso quer dizer que a igreja deu um passo enorme. A liturgia está muito bonita. Ontem mesmo – o São Sebastião é o protetor do homem do campo – e o homem do campo, em sua maioria, é muito simples, então a missa foi sertaneja, toda baseada em música sertaneja com letra religiosa. Foi muito bonito. O padre que está aí há pouco tempo, disse que nunca tinha assistido uma festa tão bonita quanto essa... O carro de boi que você viu acompanhando a procissão simbolizava o homem do campo... valeu a pena!

E as barraquinhas... aquele conagraçamento do povo, né. Muito Bonito! Não tem nada de bagunça, de balburdia, sempre tem festeiros excelentes.”

Contrapondo estes depoimentos, percebemos que, nem sempre o que é encarado por alguns como perda de tradição, o é para outros. Esse aspecto vai depender da visão que cada indivíduo tem em relação ao conceito de tradição.

2.3 - OS EVENTOS POLÍTICOS

A Praça XV de Novembro é palco para os eventos políticos desde épocas passadas, segundo informações colhidas na Cartilha Prata de Ontem. As eleições se realizavam nas instalações da igreja, e esse fato é descrito no caso “O truque de Itagíba” que consta dessa publicação:

“Sentido suas hostes enfraquecidas para próximo pleito eleitoral, Francisco Itagíba, versado em letras e tretas, imaginou um truque e assim aplicou-o: Traz da fazenda uma grande comitiva, tendo a frente uma rede com um doente. À entrada da cidade, fez uma parada. Aproxima-se um curioso. Examina o rosto macilento, lenço amarrado ao alto da cabeça, ar desfalecido do paciente. Indaga ele: o que foi, heim?

- É bexiga preta, exclama Itagíba.

A notícia corre célebre pela cidade. Duas horas depois, a cidade se despoeva. A população tinha mais medo da variola que diabo da cruz. A eleição se dava dentro da igreja. Itagíba comparece com os seus eleitores e a vitória foi-lhe fácil.

Ao jubilo ruidoso dos vencedores, os derrotados denominavam ao recinto de “Curral das éguas”. – Escute o relincho delas, compadre...

Foi também no espaço da praça que aconteciam os comícios políticos. Era para ali também que se dirigiam todos os visitantes políticos de renome, como Juscelino Kubstchek e Tancredo Neves, que se instalavam nos palcos improvisados à porta do Cine Prata para se dirigirem à população por meio de seus discursos inflamados. Segundo o Professor Sebastião Alexandrino de Ávila³⁹, os eventos políticos aconteciam principalmente nas eleições para prefeito, pois candidatos ao governo, ou mesmo governadores, dificilmente excursionavam pelas cidades de interior. Ele afirma que, durante a visita de Juscelino o comício foi realizado na “porta do cinema”.

³⁹ Professor Sebastião Alexandrino de Ávila foi professor do Ginásio São Luiz. Hoje é promotor aposentado. Trecho de seu depoimento foi transcrito anteriormente.



Foto 10-Discurso de Juscelino Kubstchek na porta do Cine Prata quando se elegeu governador de Minas Gerais.



Foto 11-Visita de Tancredo Neves à cidade do Prata.

Samir Tannús, um ex deputado estadual se recorda que os comícios e grande parte dos eventos políticos eram realizados no coreto que existia na praça junto ao chafariz.

No entanto, é preciso ressaltar que esses comícios se realizaram até no final da década de 1960, pois, após esse período foi publicada uma lei que proibia a execução de

comícios políticos nas imediações do prédio da prefeitura. Devido a esse fato, iniciou-se a tradição de se fazer os comícios na esquina da Rua Presidente Antônio Carlos com a Avenida Major Carvalho, ou seja, na esquina conhecida como “esquina do Caetano Manna”, porque ali se encontra instalada a loja de materiais para construção que leva o nome de seu dono. O depoimento de Jorge “Manco” nos proporciona uma noção desses eventos:

“A visita de Juscelino se deve ao fato de que ele veio agradecer aos eleitores pois teve aqui, uma expressiva votação.

Primeiramente os comícios se realizavam na própria Praça Fernando Terra, onde havia umas benfeitorias chamadas caramanchão. Com o passar do tempo, esses eventos passaram a se realizar em frente ao prédio do cinema que, por ser um prédio de dois andares, ofertava melhores condições de instalação de som e outros recursos para um maior alcance na praça e aos populares. Com uma modificação na legislação da época, foi proibida a realização de comícios nas proximidades dos locais públicos, tais como praças, prefeituras, etc. A partir disso, elegeu-se a esquina do Caetano Manna para se fazer isso.”

Como estes, outros eventos foram promovidos na Praça XV de Novembro e suas imediações. Em todos eles a presença massiva dos cidadãos era e ainda é uma constante, seja para admirar e aplaudir, seja para discordar e vaiar. O cidadão é o sujeito da história que se produz nesses momentos e, desse modo, a relação entre comunidade e história é uma relação de trocas.

Quando me utilizei da história oral como fonte de pesquisa, procurei levar em conta que ela é uma história construída em torno de pessoas, e posso dizer que a contribuição que recebi daqueles que se dispuseram a me auxiliar com seus depoimentos foi muito extensa e facilitou-me o acesso a informações que se perderam no decorrer do tempo, mas que se mantiveram resguardadas na memória de cada um deles.



A praça e o seu espaço reapropriado pelo trabalho informal

**CAPÍTULO III – A PRAÇA E A REAPROPRIAÇÃO DO SEU ESPAÇO PELO
TRABALHO INFORMAL**

“Os homens fazem a sua história, mas não sabem que a fazem.”

Karl Marx

Em relação à Praça XV de Novembro como um local de trabalho, procurei investigar as transformações ocorridas e causadas pela ação de sujeitos que se reapropriaram do seu espaço com suas barracas comerciais, característica predominante do trabalho autônomo. Entre esses sujeitos encontram-se ex-engraxates que, quando crianças, sentavam-se nos bancos à espera de clientes, sendo que alguns deles permaneceram neste espaço como donos de carrinhos de lanche. Corretores de móveis e imóveis que realizavam suas transações sob a sombra das árvores, além de novos ocupantes do ramo das lanchonetes e motoristas de táxi. Quanto a este aspecto seria interessante abordar o quadro de categorias analíticas elaborado por Cacciamali (1983, p. 60-7), o qual visou classificar os indivíduos conforme sua participação na produção. O trabalhador por conta própria, que é o caso dos trabalhadores da Praça XV de Novembro, foi definido como produtor direto, possuidor de instrumentos ou estoque de bens para realizar seu trabalho, que devia encerrar em si as atividades de produção e gestão da unidade produtiva.⁴⁰ Outra perspectiva analisada foi em relação à causa responsável por levar esses trabalhadores a se apropriarem do espaço da praça para desenvolverem ali suas atividades laboriosas e qual sua relação com a atual crise econômica por que passa o país.

É válido salientar ainda que, segundo uma enciclopédia elaborada pelo jornal “Folha de São Paulo”, o setor “informal” é um termo amplamente utilizado para descrever a parte da economia que opera à margem da estrutura legal e fora do controle e das estatísticas oficiais. Em grande parte dos países em desenvolvimento, o setor informal expandiu-se com a migração da população rural para as cidades e a conseqüente dificuldade em obter empregos. Em relação ao Brasil, pode-se dizer que o

⁴⁰ CACCIAMALI, M. C.; PIRES, J. M. Perspectivas das Micro e Pequenas Empresas Ante o Contexto Atual da Economia Mundial e Brasileira. Estudos Econômicos. São Paulo: HUCITEC – ABET, 1997.

mercado do trabalho informal teve um crescimento relevante devido, em parte, à política de especialização de mão de obra, a qual tem deixado à margem uma expressiva parcela da população inclusive nos pequenos centros urbanos. Essa política tem levado uma parte dos desempregados a aderirem ao informalismo trabalhando como ambulantes e/ou autônomos. Tentar compreender, um pouco que seja, da realidade dos trabalhadores que se reapropriaram do espaço da Praça XV de Novembro resgatando a historicidade das suas práticas e expectativas foi um dos objetivos dessa pesquisa.

Procurei inicialmente, pelo Sr. Guilherme “Pipoqueiro”, 78, o qual foi o primeiro trabalhador informal que utilizou o espaço da praça como ponto comercial. Sua trajetória como trabalhador informal na praça remonta os anos de 1960, quando se utilizou de um carrinho de madeira construído por ele, para vender pipoca pela cidade, principalmente nas ocasiões de festa. Quando indaguei do motivo que o levou a buscar essa alternativa de trabalho, obtive como resposta o seguinte depoimento:

“O primeiro carrinho de pipoca que eu arrumei fui eu mesmo que construí, e com ele eu trabalhei por um bom tempo. Um dia, o moço que trabalhava na DNER me ofereceu um carrinho de algodão doce tocado no pedal e eu comprei. Comecei a vender algodão doce pela cidade, mas o carrinho era muito pesado pra mim tocar no pedal, então eu resolvi reformar. Tirei o guidão e os pedals, arrumei um lugar pra por a panela de pipoca, e até hoje eu arrevento pipoca nesse carrinho.

Eu comecei a ir pra praça pra vender pipoca, pra completar a minha renda, porque, como pedreiro, o que eu ganhava mal dava para as despesas da casa. Agora, teve uma época, que o que eu ganhava com a pipoca, chegava nuns cem mil cruzeiros... Era na época do cruzeiro ainda. Então, esse dinheiro era suficiente pras despesas daqui de casa. Era eu, a muié e cinco filho homem e quatro filha mulher. Hoje em dia, eu saio nos dias de festa, carnaval, da padroeira, de São Sebastião, fico uns quatro, cinco dias trabalhando, e quando tiro muito, é uns quarenta reais, porque a concorrência aumentou demais. A praça tá cheia daquelas barraquinhas que vende de tudo, e o povo desacostumou de comer pipoca.”

Constata-se, por meio do depoimento do Sr. Guilherme, que um dos fatores que o levou a utilizar o espaço da praça para trabalhar foi a necessidade de complementação da renda familiar, e pude então concluir que a crise econômica no país já era uma

constante na década de 1960 e aumentou progressivamente de lá para cá, tendo levado cada vez mais pessoas a procurarem por essa alternativa como fonte de renda. Segundo o professor Francisco⁴¹, existem algumas facilidades na instalação desse tipo de comércio, como por exemplo, o trabalhador informal da praça não paga aluguel, apenas um alvará de funcionamento. Os custos com a construção do quiosque também são muito mais baixos do que os de uma construção de alvenaria tradicional, portanto, com o desemprego cada vez mais crescente, as pessoas procuram esses pontos de comércio como forma de suprir suas necessidades básicas.

Um outro trabalhador da praça é o Sr. Clerinho, 43. Ele se utiliza da praça como local de trabalho desde seus tempos de criança quando para ali se dirigia com sua caixa de engraxate. Sua história de vida praticamente se desenvolveu na praça e seus arredores, pois trabalha naquele local até os dias atuais como dono de um comércio de lanches e um ponto de moto- táxis. Para ele, a praça sempre foi considerada como o seu local de trabalho.

“Eu comecei a trabalhar aqui na praça quando era criança ainda. Eu e meus irmão fizemos umas caixas de engraxate e começamos a engraxar ali na porta do cinema. O tempo passou, eu tentei trabalhar com outras coisas, mas a crise tá brava. Então eu voltei pra cá e comecei a fazer lanches e tô aqui até hoje.”

A crise econômica tem afetado as pessoas de diferentes formas. Luiz Carlos Otoni , 47, possuía uma loja de confecções e calçados na cidade, mas guarda muitas recordações dos tempos de sua juventude, os quais, grande parte foram passados nas calçadas da praça. Quando ainda era adolescente, era integrante de um conjunto musical que tocava na Concha Acústica durante os finais de semana, animando shows e programas de calouros que ali se realizavam.

“Eu me lembro de muitas coisas boas aqui da praça, entre elas, as brincadeiras com que nós sempre nos divertíamos nos tempos de criança, bolinha de gude, o Domingo raíou, pipa e várias outras.

Eu comecei a tocar num conjunto quando era adolescente ainda. Quando tinha os shows na Concha Acústica nós tocávamos lá. A praça ficava lotada, muitas pessoas saíam de casa para nos assistir. Esses hábitos mudaram com o tempo.

⁴¹ O professor Francisco é um dos entrevistado e trechos de seu depoimento já foram citados anteriormente.

Quanto ao motivo de eu vir trabalhar aqui na praça como dono de bar foi devido à crise financeira que o país passa. Eu tinha uma loja cujo faturamento não dava para cobrir as despesas dela. Tentei ser representante comercial, mas está cada dia mais difícil. Então resolvi vir para cá. Até agora tem dado certo, apesar da grande concorrência no pedaço.”

Atualmente, Luiz Carlos Otoni, o Carlinhos como é conhecido por todos na cidade, também é um comerciante instalado na praça. Segundo seu depoimento, o motivo que o levou para aquele espaço é o mesmo que tem levado os outros trabalhadores. Com a crise econômica, o ramo de comércio em que trabalhava apresentou uma decadência, o que o obrigou a fechar a loja. Tentou trabalhar como representante comercial, porém o resultado não foi satisfatório. Desse modo, era preciso encontrar alguma alternativa que lhe gerasse uma renda financeira, e quando surgiu a oportunidade de alugar o quiosque que se localiza na esquina da igreja matriz, não teve dúvidas. Atualmente ele não é mais apenas o locatário, pois adquiriu o direito ao ponto e também as instalações em folha de zinco que delimitam o seu espaço comercial.



Foto 12-Engraxates à espera de clientes na década de 70



Foto 13-Quiosques comerciais instalados no espaço da Praça XV de Novembro no momento atual.

Quando se lembra da reforma total que deixou a praça como está hoje, ele conta que junto com vários amigos, crianças ainda; iam ajudar os trabalhadores da empreiteira encarregada da construção a fazer o calçamento que seguia o modelo da calçada de Copacabana no Rio de Janeiro, voluntariamente. A expectativa com que esperaram tudo ficar pronto foi enorme. Todos ficaram maravilhados quando a fonte luminosa funcionou pela primeira vez, pois em toda a região não existia nenhuma fonte tão espetacular como aquela construída na nossa praça. Nem mesmo a de Uberlândia, na praça Tubal Vilela, se igualava à nossa. Contudo, hoje quando ele se lembra dos Caramanchões, pensa que os mesmos poderiam ter permanecido ali, pois continuariam embelezando o jardim e conservando características arquitetônicas peculiares da década de 1940, em que foram construídos. A sua presença não afetaria o novo projeto.

Voltando à questão da reapropriação do espaço da praça como local de trabalho, penso ser importante ressaltar a função da mesma de servir ao cidadão por se tratar de um logradouro público. Sendo um bem público, o cidadão sente-se no direito de explorar o seu espaço, mesmo que seja para o trabalho informal.



Conclusão

CONCLUSÃO

“A verdade, quando contada com beleza pode também espargir luz por meio de símbolo e sentimento de nosso entendimento de História.

Alessandro Portelli

O estudo realizado em torno do passado da Praça XV de Novembro teve como objetivo resgatar características que foram modificadas e/ou transformadas no decorrer dos anos. Busquei ainda compreender os diversos significados que essas transformações têm para a sociedade pratense.

O surgimento das praças, de modo geral, ocorreram quase sempre, no entorno das igrejas, para onde convergem todas as ruas que vão nascendo e à medida em que se desenvolve, ela assume um significado social. Contudo, se praticarmos uma atividade de observação, poderemos refletir sobre a semelhança desses locais com outros existentes em muitas outras cidades, e levando em conta o viver social, pude constatar que apesar das peculiaridades inerentes a cada contexto em que a praça se insere, elas também apresentam pontos comuns. Por exemplo, as festas religiosas que acontecem no entrono das igrejas em Uberlândia possuem as mesmas características das festas que acontecem na cidade do Prata em Minas Gerais.

Outro aspecto que ficou visível com o estudo foi a situação em que se encontram as praças atualmente. Elas têm sido alvo de ataques de vandalismo, como pichação de seus monumentos, depredação de seus bancos, o desrespeito ao traçado original que lhe foi imprimido pelo arquiteto, gerando o aparecimento de trilhas nos gramados. Todos esses fenômenos, se devem, em parte, à mudança de hábitos das pessoas que, procurando acompanhar o ritmo acelerado do progresso, deixam para trás, práticas anteriormente consideradas agradáveis. A praça não é mais procurada como espaço de lazer e socialização, a não ser em raras ocasiões. As pessoas que transitam por ela, o fazem apressadamente, deixando de aproveitá-la em sua plenitude. Contudo, apesar de todas essas transformações, ficou patente, que a praça continua sendo caracterizada como um espaço de representação da realidade.

Nos eventos sociais ou políticos realizados na praça, pude perceber a diversidade cultural existente entre o grupo participativo, suas peculiaridades, suas expectativas. Além disso, pode-se dizer que há um equilíbrio no encontro da cultura urbana com a rural.

Ao optar pelas fontes documentais com que trabalharia busquei apoio na Escola dos Annales. Anteriormente a ela a noção de fonte documental se estendia apenas aos documentos escritos, sendo que, para o historiador positivista, estes são a base para a construção historiográfica. Para os Annales, no entanto, não é só com textos que se faz história, mas sim, com qualquer fonte não escrita que a habilidade do historiador permita, ou seja, tudo aquilo *“que pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a actividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”*⁴² Contudo, Le Goff salienta que, por trás de todo documento existe a intencionalidade das pessoas, portanto, ele traz a lógica de quem o produz, pois é fruto dos sujeitos sociais que vivenciam um determinado período histórico e querem preservá-lo. Nenhum documento abarca a totalidade da verdade, ou a realidade, e os significados que ela tem para os sujeitos vivenciados. Desse modo, o campo da memória está passivo de ser compreendido, não como história, mas sim como o que se pensa a respeito de história.

A diversidade existente na compreensão da noção de documento por parte dos historiadores me reporta à concepção de documento/monumento exposta por Le Goff. Este autor afirma que *“o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”*.⁴³

Quanto a discussão relativa às questões de preservação do patrimônio, os depoimentos orais colhidos demonstraram que há uma preocupação por parte da maioria dos entrevistados em se resgatar o passado, não deixá-lo no esquecimento. No entanto, foi possível observar, por meio das leituras desenvolvidas, os vários problemas que enfrentam os órgãos de preservação do patrimônio histórico, seja de ordem jurídica ou social. Nota-se que há um profundo desconhecimento em relação ao que pode ser considerado patrimônio histórico cultural. Há um descaso geral quanto à preservação,

⁴² LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**, São Paulo: V. I, p. 98.

⁴³ Ibidem, p. 102

seja de bens imóveis ou culturais que não deve ser atribuído apenas ao povo, mas também à classe dirigente, a qual prioriza seus interesses em detrimento até mesmo da cultura.

Por isso, penso que existe a necessidade de se promover a conscientização, tanto da classe dirigente quanto da população em geral, mostrando a importância de se resguardar as tradições, as raízes culturais, independente da ordem a que pertençam.

A utilização das fontes iconográficas foi uma tentativa de resgatar por meio da memória, lembranças que haviam sido esquecidas e que necessitavam apenas de um incentivo para serem novamente suscitadas. Dentro dos propósitos citados acima é válido salientar o pensamento de Carlos ^a Lemos:

“Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares. É fazer levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro de um contexto urbano. É fazer levantamentos de construções especialmente aqueles sabidamente condenados ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária.

*Devemos, então de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro do mesmo vasto relatório de elementos componentes do Patrimônio Histórico Cultural”.*⁴⁴

FONTES UTILIZADAS

⁴⁴ LEMOS, Carlos A. **Op. Cit.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

1 – JORNAIS

Tribuna Regional (1988/1996)

A Cidade do Prata (1931/1968)

2 – FONTES ICONOGRÁFICAS

Acervo Iconográfico do Departamento de Educação e Cultura.

3– DOCUMENTOS OFICIAIS DO PODER PÚBLICO

Atas e Projetos de Lei da Câmara e do Executivo.

Códigos de Postura

Mapas

4 – REVISTAS

REVISTA PRATA ILUSTRADA. Organização de José O. Arantes. Editada para a comemoração dos 94 anos de Prata em 1967.

CARTILHA “PRATA DE ONTEM” – Redigida por Dr. Edelweis Teixeira – Promoção do Prefeito Mário Nery no aniversário de 94 anos da cidade de Prata.

5 – FONTES ORAIS

5.1 – Francisco de Assis, natural de Prata/MG. Professor, poeta, trovador, advogado.

5.2 – Geraldo de Castro Novais, 78 anos, natural de Prata/MG. Juiz de Direito aposentado.

5.3 – Jorge da Silva Oliveira, natural de Prata/MG. Advogado

5.4 – Luiz Carlos Otoni, 50 anos, natural de Prata/MG. Comerciante.

5.5 – Maria Augusta Camargos Vilela, natural de Prata/MG. Costureira aposentada

5.6 – Maria Helena Camargos de Melo, natural de Prata. Atual secretária da Cultura.

5.7 Sr. Osvaldo Luiz de Andrade, 82 anos, natural de Uberaba/MG. Mora na cidade desde 1940. Carpinteiro aposentado. Casado. Entrevista realizada em 12/01/2003.

5.8 – Sr. Guilherme “Pipoqueiro”, natural de Prata/MG. Pedreiro aposentado, vendedor de pipoca.

5.9 – Samir Tannús, natural de Prata MG. Político de renome. Ex. Deputado Estadual e Federal.

5.10 - Sebastião Alexandrino de Ávila, natural de São João Del Rey/MG. Professor, poeta, trovador, contador, advogado, promotor público aposentado.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Antonio Augusto. Patrimônio Cultural e Nação, **Trabalho, Cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira**, org. Angela Maria Carneiro Araújo. São Paulo: Scrita, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Magia, técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BORGES, Benedito A. M. T. **Povoadores do Sertão do Rio da Prata**. Uberaba: Editora Vitória, 1996.

CACCIAMALI, M. C.; PIRES, J. M. Perspectivas das micro e pequenas empresas ante o contexto atual da economia mundial e brasileira. Estudos Econômicos. São Paulo: HUCITEC ABET, 1997. Apud PAMPLONA, João Batista. **Erguendo-se pelos próprios cabelos – auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal, 2001.

CARVALHO, Aurea Maria de F. **Fotografia como fonte de pesquisa**. Rio de Janeiro: FNPM/Museu Imperial, 1986.

CHAUÍ, Marilena de S. “Os trabalhos da Memória”. In: BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade; lembranças de velhos**. 2ª ed., São Paulo: T. A. Queiroz/USP, 1987, p. XVII a XXXII.

CHOAY, Françoise. **L’allegorie du patrimoine**. Paris: Seuil, 1992. Apud. FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN: 1997.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

DECCA, Edgar Salvatore de. Memória e cidadania. **O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 133.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. **O historiador e a fotografia**. Revista Projeto História, São Paulo. (24), Jun.2002, pp. 9-26.

FENELON, Déa Ribeiro. O direito à memória: políticas culturais e patrimônio histórico. **O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN: 1997.

HUMBERTO, Luiz. **Fotografia: universos e arrabaldes**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Núcleo de Fotografia, 1983. (Col. Luz & Reflexão).

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

LEMOS, Carlos A. – **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**, São Paulo: V. 1, p. 98.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão espetacular. Introdução à fotografia**. São Paulo/Rio de Janeiro: Brasiliense/FUNARTE, 1984. (Coleção Primeiros Vãos).

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Cultura Popular e Desenvolvimento em Minas Gerais: Caminhos Cruzados de Um Mesmo Tempo**. Tese (Doutorado em História) FFLCH, USP. São Paulo, 1998.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? : A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro? Nova Fronteira; (Brasília) : Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MATTOSO, José. **A escultura da história, teoria e métodos**. São Paulo: Estampa, 1997.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. Artes da memória, fontes orais e relatos históricos. Ver. **História e Perspectiva**, Uberlândia (23), UFU : 99 – 114, Jul/Dez. 2000.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Seuil, 1984-1992. Apud. FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN: 1997.

OLIVEIRA, Antoniete Camargo de Oliveira. Um espaço de referência no meu bairro. In: **Revista Cadernos de História** n ° 8, Uberlândia: UFU, V. 1 – mar99/mar2000.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cidade: história e desafios**. São Paulo: FGV, 2002.

_____. As razões da ordem: os intelectuais, a cultura e o estado. Trabalho apresentado ao **Seminário sobre a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 22 a 25 set. 1980.

PORTELLI, Alessandro. “História Oral Como Gênero”. In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Graduated em História da PUC/SP**. São Paulo: EDUC, (22), p. 9-36, Jun.2001.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**, Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RUSSIO GUARNIERE, Waldissa. Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, 3, Rio de Janeiro: IBPC, p. 7-12.

SALDANHA, Nelson. **O Jardim e a Praça: O Privado e o Público na Vida Social e Histórica**. São Paulo: EDUSP, 1993.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Museu, escola e comunidade: uma integração necessária**. Brasília: MINC/SNM, 1987.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.254.

VARUSSA, Rinaldo José. Pensando a paisagem como uma possibilidade para o ensino de história. In: **Revista Cadernos de História**, nº 8, Uberlândia: UFU, V. 1 – mar99/mar2000.

SAMUEL, Raphael. Documentação, história local e história oral. In: **Revista Brasileira de História**, 19, 1990.